



TAM S.A. e controladas

Demonstrações financeiras para os exercícios  
findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 e  
Relatórios dos Auditores Independentes

## Relatório da administração

A TAM S.A. é uma *holding* que detém o controle da TAM Linhas Aéreas S.A., que por sua vez, é um das líderes no setor de transporte de passageiros e cargas no Brasil e, apresenta em 23 de março de 2018 as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A TAM S.A. (“TSA” ou “Companhia”) refere-se à entidade consolidada e suas respectivas subsidiárias, cujas atividades estão relacionadas com transporte aéreo de passageiros e cargas no território nacional e em âmbito internacional, aquisição e financiamento de aeronaves, captação de recursos, e desenvolvimento de atividades de agenciamento de viagens e turismo.

### COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Não obstante ao exercício ora encerrado marcar o fim da recessão, a economia brasileira ainda registrou reflexos da crise deflagrada anteriormente, com cortes sucessivos em gastos, aumento de tributos, situação crítica das contas públicas, queda na oferta de crédito, entre outros. O cenário econômico que passou a apresentar melhoras a partir do segundo semestre fez com que a Administração envidasse esforços para garantir com austeridade a aderência ao plano de realinhamento dos negócios da Companhia iniciado em 2015.

Conseqüentemente, o resultado obtido pela Companhia apresenta uma melhora significativa, passando de um prejuízo líquido de R\$154,1 milhões para um lucro líquido de R\$512,3 milhões; principalmente em decorrência da redução de gastos com vendas, despesas gerais e administrativas, gastos não recorrentes líquidos dos impactos inflacionários e do aumento do combustível de aviação em aproximadamente 17,2% no ano.

A receita líquida apurada pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$15,8 bilhões, comparada a R\$15,3 bilhões no ano anterior. O incremento de 3,2% observado na receita líquida reflete a redução de 1,3% nas receitas de transporte de passageiros, o aumento de 18,9% nas receitas oriundas do transporte de cargas e de 7,7% nas receitas de programa de fidelidade. No exercício de 2017, as receitas de passageiros, cargas, programas de fidelidade e outras corresponderam a 78,0%, 9,9%, 5,3% e 6,6% da receita bruta total, respectivamente.

A Companhia conseguiu melhorar sua margem operacional em 8.8 p.p., principalmente em decorrência das reduções de sua frota ocorridas em 2016 e 2017, diminuindo dessa forma as despesas com arrendamentos operacionais em 26,0% e depreciações e amortizações em 20%.



O ano de 2017 ainda foi marcado por transformações nas operações da Companhia. Implementamos um novo serviço de comidas e bebidas a bordo, o “Mercado LATAM”, e uma nova segmentação de tarifas domésticas. Todas essas mudanças representam a possibilidade de servir melhor ao passageiro.

Para o ano de 2018, a Companhia unificará seus sistemas de reservas, inventário, vendas e *check-in*, possibilitando ao passageiro uma melhor experiência na utilização de toda a malha aérea oferecida pelo Grupo LATAM, que engloba aproximadamente 140 destinos. Além disso, a Companhia iniciará seus voos partindo de São Paulo para Roma, na Itália, Boston e Las Vegas, nos Estados Unidos.

Recentemente, foi aprovado pelo Senado Federal o Acordo de Céus Abertos Brasil-Estados Unidos, que retira o limite de frequência de voos entre os dois países, trazendo novas perspectivas em relação a aceleração do *joint business agreement* com a American Airlines.



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas de  
TAM S.A.  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TAM S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TAM S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### **Reclassificação de saldos comparativos**

Conforme mencionado na nota explicativa 4.26, os valores correspondentes ao exercício anterior foram reclassificados para fins de melhor apresentação e comparação com as informações apresentadas no exercício corrente, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não

uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

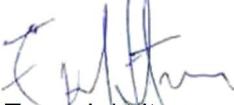
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2018.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6



Ezequiel Litvac  
Contador CRC-1SP249186/O-5

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	<b>10.420</b>	36.403	<b>777.464</b>	642.754
Aplicações financeiras	7	<b>4.676</b>	57.446	<b>1.561.226</b>	1.749.204
Caixa restrito	8	-	-	<b>5.338</b>	431.252
Contas a receber	9	<b>5</b>	4.050	<b>4.636.454</b>	4.281.678
Estoques	10	-	-	<b>365.869</b>	335.521
Tributos a recuperar	11	<b>17.312</b>	21.070	<b>391.492</b>	366.376
Pré-pagamentos de manutenções		-	-	<b>35.873</b>	129.836
Outros ativos financeiros	12	-	-	-	60.968
Demais contas a receber		<b>208</b>	15.251	<b>155.073</b>	156.359
Ativos disponíveis para venda	13	-	-	<b>18.672</b>	152.580
Total do ativo circulante		<b>32.621</b>	134.220	<b>7.947.461</b>	8.306.528
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Caixa restrito	8	-	-	<b>31.838</b>	32.995
Empréstimo a receber – Mútuos	28	-	-	-	2.493.832
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	<b>54.919</b>	57.786	<b>1.080.758</b>	1.122.729
Depósitos judiciais	15	<b>246</b>	172	<b>734.473</b>	627.101
Pré-pagamentos de manutenções		-	-	-	21.184
Demais contas a receber		<b>10</b>	-	<b>8.585</b>	29.130
		<b>55.175</b>	57.958	<b>1.855.654</b>	4.326.971
Investimentos	16	<b>534.070</b>	352.764	-	-
Imobilizado	17	<b>50</b>	63	<b>2.558.116</b>	2.626.826
Intangível	18	-	124.927	<b>460.214</b>	589.281
Total do ativo não circulante		<b>589.295</b>	535.712	<b>4.873.984</b>	7.543.078
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>621.916</b>	669.932	<b>12.821.445</b>	15.849.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	1.650.182
Arrendamentos financeiros	20	-	-	<b>167.841</b>	228.756
Empréstimos a pagar – Mútuos	28	<b>15.000</b>	-	-	-
Fornecedores	21	<b>316</b>	95.415	<b>3.972.169</b>	4.966.313
Salários e encargos sociais		<b>28</b>	346	<b>619.456</b>	638.202
Receitas diferidas	22	-	-	<b>3.524.780</b>	3.519.877
Impostos a recolher		<b>1.831</b>	2.290	<b>115.892</b>	121.748
Provisão para manutenção	24	-	-	<b>285.835</b>	556.162
Outros passivos financeiros	12	-	-	-	41.820
Demais contas a pagar		-	-	<b>153.338</b>	70.174
Total do passivo circulante		<b>17.175</b>	98.051	<b>8.839.311</b>	11.793.234
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	1.621.931
Arrendamentos financeiros	20	-	-	<b>1.022.785</b>	1.254.868
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	23	-	-	<b>883.569</b>	834.291
Provisão para perdas com investimentos	16	-	1.044.567	-	-
Empréstimos a pagar – Mútuos	28	<b>2.978</b>	2.978	<b>238.006</b>	7.703
Provisão para manutenção	24	-	-	<b>1.152.272</b>	599.362
Dividendos a pagar		<b>858</b>	858	<b>858</b>	858
Demais contas a pagar		-	-	<b>33</b>	123.479
Total do passivo não circulante		<b>3.836</b>	1.048.403	<b>3.297.523</b>	4.442.492
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>21.011</b>	1.146.454	<b>12.136.834</b>	16.235.726
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	26	<b>5.730.908</b>	5.035.926	<b>5.730.908</b>	5.035.926
Reservas de capital		<b>130.454</b>	127.570	<b>130.454</b>	127.570
Reserva de lucros		<b>18.851</b>	-	<b>18.851</b>	-
Prejuízos acumulados		<b>(5.851.207)</b>	(6.207.393)	<b>(5.851.207)</b>	(6.207.393)
Ajuste de avaliação patrimonial		<b>571.899</b>	567.375	<b>571.899</b>	567.375
Total do patrimônio líquido		<b>600.905</b>	(476.522)	<b>600.905</b>	(476.522)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	<b>83.706</b>	90.402
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>621.916</b>	669.932	<b>12.821.445</b>	15.849.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	29	-	-	<b>15.861.123</b>	15.329.954
Custo dos serviços prestados	30	-	-	<b>(12.711.994)</b>	(12.569.962)
Lucro operacional bruto		-	-	<b>3.149.129</b>	2.759.992
Despesas com vendas	30	-	-	<b>(1.269.676)</b>	(1.392.393)
Despesas gerais e administrativas	30	<b>293</b>	(6.323)	<b>(776.733)</b>	(1.195.704)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	<b>(124.920)</b>	-	<b>(201.365)</b>	(622.126)
Lucro (prejuízo) operacional		<b>(124.627)</b>	(6.323)	<b>901.355</b>	(450.231)
Receitas financeiras	32	<b>477</b>	2.285	<b>365.432</b>	453.639
Despesas financeiras	32	<b>(2.798)</b>	(213)	<b>(377.130)</b>	(511.608)
Variação cambial líquida	32	<b>(2)</b>	10	<b>(51.780)</b>	746.561
Resultado de equivalência patrimonial	16	<b>508.923</b>	(278.833)	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>381.973</b>	(283.074)	<b>837.877</b>	238.361
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	14	<b>(5.969)</b>	(8.619)	<b>(288.692)</b>	(240.586)
Diferido	14	<b>(2.867)</b>	(3.704)	<b>(36.868)</b>	(151.951)
Lucro (prejuízo) do exercício		<b>373.137</b>	(295.397)	<b>512.317</b>	(154.176)
Atribuído aos					
Acionistas da TAM S.A.		<b>373.137</b>	(295.397)	<b>373.137</b>	(295.397)
Acionistas não controladores		-	-	<b>139.179</b>	141.221
		<b>373.137</b>	(295.397)	<b>512.316</b>	(154.176)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em  
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Lucro (prejuízo) do exercício	<b>373.137</b>	(295.397)	<b>512.316</b>	(154.176)
Componentes do resultado abrangente:				
(Perda) ganho na conversão de investimentos	<b>6.424</b>	(49.847)	<b>6.424</b>	(49.847)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<b>379.561</b>	(345.244)	<b>518.740</b>	(204.023)
Atribuído aos				
Acionistas controladores	<b>379.561</b>	(345.244)	<b>379.561</b>	(345.244)
Acionistas não controladores	-	-	<b>139.179</b>	141.221
	<b>379.561</b>	(345.244)	<b>518.740</b>	(204.023)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## TAM S.A. E SUAS CONTROLADAS



Demonstração da mutação do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de capital				Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Ações em tesouraria	Ágio na emissão de ações	Plano de remuneração baseado em ações	Reserva legal					
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>5.035.926</b>	<b>(7.930)</b>	<b>74.947</b>	<b>75.334</b>	-	<b>631.406</b>	<b>(5.920.709)</b>	<b>(111.026)</b>	<b>75.252</b>	<b>(35.774)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(295.397)	(295.397)	141.221	(154.176)
Perda na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	(49.847)	-	(49.847)	-	(49.847)
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	(49.847)	(295.397)	(345.244)	141.221	(204.023)
Transações com acionistas e constituição de reservas:										
Pagamento de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	-	-	-	(142.059)	(142.059)
Realização do custo atribuído do ativo	-	-	-	-	-	(8.713)	8.713	-	-	-
Reclassificação para IR diferido	-	-	-	-	-	(8.113)	-	(8.113)	-	(8.113)
Constituição de reserva legal em subsidiária	-	-	-	-	-	2.642	-	2.642	880	3.522
Plano de remuneração de ação	-	-	-	(15.108)	-	-	-	(15.108)	15.108	-
Aquisição de ações próprias de subsidiárias	-	327	-	-	-	-	-	327	-	327
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>5.035.926</b>	<b>(7.603)</b>	<b>74.947</b>	<b>60.226</b>	-	<b>567.375</b>	<b>(6.207.393)</b>	<b>(476.522)</b>	<b>90.402</b>	<b>(386.120)</b>
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	373.137	373.137	139.179	512.316
Perda na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	6.424	-	6.424	-	6.424
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	6.424	373.137	379.561	139.179	518.740
Transações com acionistas e constituição de reservas:										
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	18.851	(194)	(18.657)	-	-	-
Pagamento de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	-	-	-	(145.419)	(145.419)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(1.706)	1.706	-	-	-
Plano de remuneração de ação	-	-	-	-	-	-	-	-	(456)	(456)
Aumento de capital	694.982	-	-	-	-	-	-	694.982	-	694.982
Aquisição de ações próprias de subsidiárias	-	-	-	2.884	-	-	-	2.884	-	2.884
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>5.730.908</b>	<b>(7.603)</b>	<b>74.947</b>	<b>63.110</b>	<b>18.851</b>	<b>571.899</b>	<b>(5.851.207)</b>	<b>600.905</b>	<b>83.706</b>	<b>684.611</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





## ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras da TAM S.A. e controladas, distribuídas da seguinte forma:

1.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	15
2.	ESTRUTURA SOCIETÁRIA.....	18
3.	DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	18
4.	RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	19
5.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	35
6.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	42
7.	APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	43
8.	CAIXA RESTRITO.....	43
9.	CONTAS A RECEBER.....	44
10.	ESTOQUES.....	45
11.	TRIBUTOS A RECUPERAR .....	46
12.	OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS.....	46
13.	ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA.....	46
14.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS.....	47
15.	DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	50
16.	INVESTIMENTOS .....	51
17.	IMOBILIZADO.....	52
18.	INTANGÍVEL .....	53
19.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	54
20.	OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	54
21.	FORNECEDORES .....	56
22.	RECEITAS DIFERIDAS .....	56
23.	PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS.....	57
24.	PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO .....	63
25.	PLANO DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO.....	63
26.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	63
27.	PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES.....	64
28.	PARTES RELACIONADAS.....	68
29.	RECEITA OPERACIONAL.....	71
30.	RESULTADO POR NATUREZA .....	71
31.	OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS.....	72
32.	RESULTADO FINANCEIRO .....	73
33.	NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS AINDA NÃO ADOTADOS.....	73
34.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	76
35.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	78



## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TAM S.A. ("TAM" ou "Companhia") foi constituída em 12 de maio de 1997, é uma subsidiária integral da LATAM Airlines Group S.A. ("Grupo" ou "LATAM"), um dos maiores grupos de companhias aéreas do mundo em malha aérea, o qual oferece serviços de transporte de passageiros e cargas para cerca de 137 destinos, em 24 países, com uma frota de 315 aviões. A LATAM tem em torno de 43 mil funcionários. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias.

As ações da LATAM são negociadas nas bolsas de Santiago do Chile e Nova York, nesta última, na forma de ADRs, sob o *ticker* LFL. As ações da LATAM compõem o Índice Dow Jones de Sustentabilidade da bolsa de Nova York ("NYSE").

As controladas TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA") e ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A. ("ABSA"), em conformidade com a concessão da Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC"), operam principalmente linhas regulares de transporte aéreo de passageiros, cargas e malas postais, no território brasileiro e em âmbito internacional, por meio de aeronaves próprias ou arrendadas ou por meio da contratação de serviços de terceiros, e de serviços de carregamento e descarregamento de cargas aéreas.

A TLA e a ABSA, bem como as demais subsidiárias da Companhia, têm por objeto social ainda:

- Ø explorar atividades complementares de serviços de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e malas postais;
- Ø prestar serviços de manutenção, reparação de aeronaves próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- Ø hangaragem de aviões;
- Ø atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves;
- Ø prestar serviços de engenharia, assistência técnica e demais atividades relacionadas à indústria aeronáutica;
- Ø realizar instrução e treinamento, relacionados às atividades aeronáuticas;
- Ø compra e venda de peças, acessórios e equipamentos aeronáuticos;



- Ø comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito dos programas de fidelização;
- Ø atividades relacionadas à captação de recursos para financiamento de aeronaves;
- Ø desenvolvimento exclusivo de atividades de agenciamento de turismo;
- Ø desenvolvimento e execução de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo; e
- Ø importação e exportação de óleo lubrificante acabado.

Em 13 de setembro de 2017, foi aprovado por unanimidade e sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") a criação do *joint-business* entre o Grupo LATAM e a American Airlines Inc. para o transporte aéreo de passageiros e de cargas em rotas entre a América do Norte e América do Sul, entretanto, o início da operação da *joint-business* está pendente de aprovação de autoridades governamentais de outros países a serem afetados por esse *joint-business*.

Em 17 de novembro de 2017, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral TLA, firmou um contrato de *Built to Suit* com a RB Commercial Properties 49 Empreendimentos Imobiliários LTDA para construção de um hangar de manutenção no aeroporto de Guarulhos, que é o principal aeroporto do país.

O contrato prevê que após a conclusão das obras o hangar será locado para a subsidiária TLA. Considerando que a construção do hangar será feita em um terreno subconcedido à TLA pela administradora do aeroporto, Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU Airport"), se fez necessária a apresentação de uma garantia para operação. Dessa forma, a Companhia, ofereceu como garantia a alienação fiduciária de 4.319.333 ações de sua propriedade da subsidiária Multiplus S.A., que em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$151.176.

A finalização da obra de construção do hangar está prevista para o último trimestre de 2018.

A TAM é registrada e domiciliada no Brasil e sua sede está na Rua Verbo Divino, 2001, 4º andar, São Paulo, SP.

### 1.1 Estrutura de capital da Companhia e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta uma posição de patrimônio líquido no montante de R\$ 600.905 (R\$476.522 negativo em 31 de dezembro de 2016) e capital circulante líquido consolidado negativo no montante de



R\$891.850 (R\$3.486.796 negativo em 31 de dezembro de 2016) e lucro de R\$ 373.137 (R\$295.397 de prejuízo em 31 de dezembro de 2016).

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos dois exercícios anteriores, observou-se um forte impacto negativo nas posições de capital circulante líquido e patrimônio líquido da Companhia devido principalmente aos efeitos históricos da desvalorização do Real frente ao dólar Americano ("US\$"), como também pela retração apresentada pela economia brasileira. A mudança significativa apresentada nessas posições para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ocorre em consequência dos seguintes fatores:

- Ø Incremento de capital recebido de sua controladora, totalizando o montante de R\$694.982, conforme detalhado na nota 26;
- Ø Redução da posição de fornecedores, da sua subsidiária TLA, por meio de pagamento dessas obrigações com partes relacionadas, em sua maioria com exposição cambial, no montante aproximado de R\$1.650.000;
- Ø Amortização dos empréstimos de capital de giro no montante aproximado de R\$650.000 captado anteriormente em moeda estrangeira pela subsidiária TLA;
- Ø Amortização dos bônus seniores das investidas Tam Capital 1 e TAM Capital 3 no montante aproximado de R\$2.550.000;
- Ø Continuidade ao plano de redução de custos que contemplam diversas iniciativas que acarretaram em redução das despesas administrativas e com venda de aproximadamente 20%;
- Ø Redução da exposição cambial, por meio de gestão dos ativos e passivos do Grupo LATAM reduzindo a exposição do balanço à variação do real frente ao dólar americano em aproximadamente 36%, conforme demonstrado na nota 5.4; e
- Ø Redução da frota em 23 aeronaves durante o exercício de 2017.

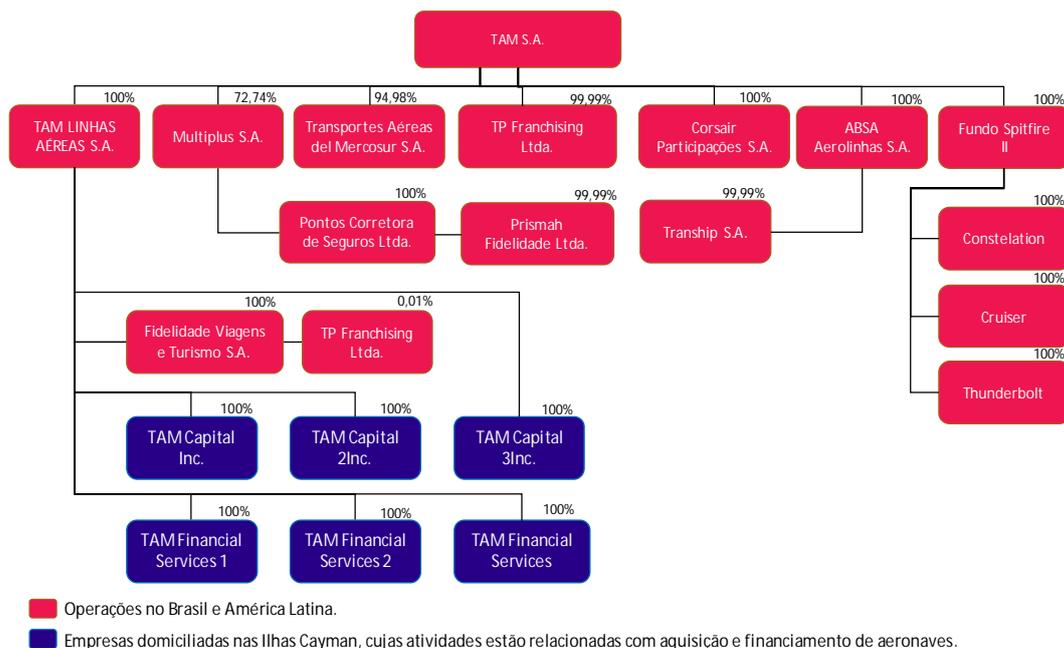
A Administração avalia constantemente a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Companhia conta, se necessário, com o apoio financeiro de sua controladora LATAM.



## 2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações na estrutura societária envolvendo a Companhia e suas subsidiárias.

A estrutura societária da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:



## 3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), introduzidos no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.



A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico recuperável, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- (ii) aplicações financeiras compostas nos fundos exclusivos de investimentos classificados como disponíveis para venda, mensuradas pelo valor justo; e
- (iii) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo.

## 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras de cada subsidiária integral incluída na consolidação, são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que elas operam. Todas as subsidiárias da Companhia, com exceção das controladas Transportes Aéreos Del Mercosur S.A. e ABSA, adotam o Real como moeda funcional, assim sendo, os critérios de conversão adotados são os seguintes:

- Ø Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;



- Ø Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Ø Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês;
- Ø As transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes na data de cada transação; e
- Ø Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados diretamente no resultado do exercício.

A seguir são demonstradas as moedas funcionais de cada investida:

<b>Estrutura Societária</b>	<b>Localidade</b>	<b>Moeda funcional</b>
TAM Linhas Aéreas S.A.	Brasil	Real
Fidelidade Viagens e Turismo S.A.	Brasil	Real
TAM Capital Inc	Ilhas Cayman	Real
TAM Capital 2Inc	Ilhas Cayman	Real
TAM Capital 3Inc	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial Services 1 Limited	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial Services 2 Limited	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial Services 3 Limited	Ilhas Cayman	Real
Fundo Spitfire II	Brasil	Real
TP Franchising Ltda	Brasil	Real
Transportes Aéreos Del Mercosur S.A.	Paraguai	Guarani
Multiplus S.A.	Brasil	Real
Pontos Corretora de Seguros Ltda	Brasil	Real
Prismah Fidelidade Ltda	Brasil	Real
Corsair Participações S.A.	Brasil	Real
ABSA Aerolinhas Brasileiras S.A	Brasil	Dólar

## 4.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre a TAM e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.



### 4.3 Investimentos

Os investimentos da TAM em suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial.

### 4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

### 4.5 Caixa restrito

O caixa restrito representa depósitos em garantia e financiamentos de curto e longo prazo com a finalidade de garantir assuntos relacionados à demandas judiciais e/ou financiamentos.

### 4.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

#### 4.6.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente



todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 4.6.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

##### *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

##### *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

##### *Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

##### *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as



mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

#### 4.6.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

#### 4.6.4 Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e dos preços internacionais do petróleo. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

##### *Hedge de fluxos de caixa*

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial



no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na hipótese de:

- (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada;
- (ii) o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*;
- (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

#### 4.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros recebíveis são registradas pelo valor faturado ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos e, substancialmente, não exige garantias reais de seus clientes. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança através de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas, sendo registrada uma perda estimada em créditos de liquidação duvidosa em contrapartida a despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

A Companhia adota como política para constituição de provisão para devedores duvidosos, análise de perdas históricas. Caso o cliente tenha oferecido garantia real, os valores em atraso são excluídos da base para cálculo e determinação da provisão para devedores duvidosos.

#### 4.8 Estoques

Os estoques compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem utilizados nas atividades de manutenção, são demonstrados ao custo médio de aquisição, líquido das provisões para reduzir quaisquer perdas identificadas por obsolescência e/ou deterioração.



#### 4.9 Pré-pagamento para manutenção de aeronaves e motores

Os pré-pagamentos para manutenção de motores e aeronaves compreendem depósitos realizados em contas específicas conforme estipulado nos respectivos contratos de arrendamento e tem como objetivo o financiamento de futuras manutenções requeridas pelo desgaste e uso destes ativos. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os pré-pagamentos para manutenção estão registrados pelo seu valor de recuperabilidade.

#### 4.10 Impostos e contribuições sobre o lucro

No Brasil, compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e normas próprias. No Brasil, esses resultados sofrem os efeitos de tributação da MP 2.159-35/2001 e mais recentemente da Lei nº 12.973/14, respeitada a aplicação dos tratados assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pelo CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.



Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal que estejam em vigor na data do balanço.

#### 4.11 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os componentes de *rotables*, é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção e desmontagem, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, exceto no caso de componentes técnicos que se depreciam sob a base de ciclos e horas de voo. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

Se o valor contábil de um ativo é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.14).

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

Conforme previsto no CPC 27 (IAS 16) - Ativo Imobilizado, a Companhia ativa os custos necessários para manter suas aeronaves e motores em condições para continuar a operar, incorridos pela realização regular de inspeções e/ou manutenção importantes em busca e para evitar falhas, independentemente das peças desse item serem ou não substituídas. Quando cada inspeção importante for efetuada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como uma substituição se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer valor contábil remanescente do custo da inspeção anterior (distinta das peças físicas) é baixado. Isso ocorre independentemente do custo da inspeção anterior ter sido identificado na transação em que o item foi adquirido.

#### 4.12 Ativos intangíveis

As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas como despesas quando incorridas. Os gastos incorridos com desenvolvimento de *softwares* são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os



custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos, são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos com marcas são amortizados com base na expectativa de geração de benefício econômico futuro que esses ativos proporcionarão à Companhia.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. Se o valor contábil de um ativo intangível é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.14).

#### 4.13 Ativos e passivos de operações descontinuadas e mantidos para venda

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os mesmos estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

#### 4.14 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa ("UGC").

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido



apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### 4.15 Contas a pagar e fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

#### 4.16 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### 4.17 Arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos à Companhia, são classificadas como arrendamentos financeiros. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo pelo menor montante entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo, considerando a vida útil econômica do bem ou prazo do contrato. Os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato.



Quaisquer ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos e reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento e os ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos operacionais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado.

Os prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos na medida em que o bem objeto do *leaseback* não seja objeto de *impairment* e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do contrato de arrendamento.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. Os pagamentos dos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante dos custos totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato de arrendamento.

#### 4.18 Provisão para a manutenção

Conforme descrito no item 4.11, os custos incorridos nas manutenções periódicas programadas de fuselagens e motores das aeronaves são capitalizados e depreciados até a próxima manutenção. A taxa de depreciação é determinada sobre bases técnicas, de acordo à utilização da aeronave definida pelos ciclos e horas de voo.

No caso das aeronaves próprias ou sob a forma de arrendamento financeiro, estes custos de manutenção são capitalizados como imobilizado, enquanto que no caso de aeronaves sob a forma de arrendamento operacional, se reconhece um passivo incorrido em função da utilização dos principais componentes, existindo a obrigação contratual com o arrendador de devolver a aeronave em condições acordadas de níveis de manutenção. Este custo é reconhecido no custo das vendas.

As manutenções não programadas de aeronaves e motores, assim como as demais manutenções, são reconhecidas no resultado do exercício em que são incorridas.

#### 4.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.



## 4.20 Receita de vendas

As receitas de transporte aéreo de passageiros e cargas são reconhecidas quando os serviços de transporte são prestados. Os bilhetes de passageiros vendidos, mas não utilizados, vendas antecipadas de bilhetes, são tratadas como transporte a executar no grupo de receitas diferidas. Para bilhetes que expiram sem ser utilizados ("*breakage*"), a Companhia efetua uma estimativa com base em dados históricos e reconhece a receita dos mesmos.

A subsidiária TLA é patrocinadora do programa de premiação para passageiros frequentes, Programa Fidelidade TAM, cujos pontos são acumulados ao utilizarem os voos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como ao efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM.

A partir de 1º de janeiro de 2010, a subsidiária TLA, transferiu a administração do seu programa de fidelidade para a sua subsidiária Multiplus, desta forma, a partir desta data os pontos passaram a ser emitidos pela Multiplus, e vendidos para a TLA. O valor do ponto baseado em contrato é registrado como custo no momento da concessão, que ocorre na utilização do bilhete.

A subsidiária TLA também auferir receitas decorrentes de serviços auxiliares representados por taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, excesso de bagagem, receita de sala *vip*, entre outras, essas receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado.

### 4.20.1 Reconhecimento da receita de bilhetes-prêmio emitidos

A Companhia através de sua subsidiária Multiplus, oferece aos participantes do programa de fidelidade Multiplus pontos que dão a possibilidade de trocá-los por diversos prêmios, inclusive por bilhetes aéreos. Uma parcela significativa de pontos resgatados pelos participantes do programa de fidelidade Multiplus é trocada por bilhetes aéreos, que são comprados da TLA pela Multiplus.

A obrigação da TLA em prestar serviços aos portadores de bilhetes-prêmio (comprados pela Multiplus da TLA e concedidos aos participantes do programa de fidelidade Multiplus) cessa apenas quando os serviços de transporte aéreo são fornecidos.

A luz do CPC 30 (IAS 18) - Receita, para fins de registro contábil dos "Programas de Fidelidade" considera-se que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em relação à transação é alocada entre os créditos de prêmio (pontos) e os outros componentes da venda e as receitas atribuídas aos créditos de prêmio será reconhecida apenas quando os créditos de prêmio forem resgatados e a Companhia cumprir suas obrigações de fornecer os prêmios. Considerando que, em bases consolidadas, o prêmio representado por bilhetes aéreos consiste



na prestação de serviços de transporte aéreo, a receita alocada aos bilhetes-prêmio deve ser reconhecida apenas quando a TLA fornecer o transporte. A receita de créditos de prêmio para os quais um bilhete-prêmio tenha sido emitido, mas ainda não utilizado, não deve ser reconhecida na demonstração do resultado.

#### 4.20.2 Reconhecimento da receita de *breakage* de pontos

A subsidiária Multiplus, utiliza para apuração da provisão de *breakage* de pontos uma metodologia onde considera-se o comportamento individual de cada safra de acúmulo de pontos por segmento, realizando um cálculo da estimativa dos pontos que provavelmente serão expirados por meio de equações de regressão linear que levam em conta o comportamento de resgate e vencimento das safras de acúmulo de pontos já realizadas que tem o comportamento similar às safras vigentes.

Adicionalmente, a metodologia considera os resgates realizados ao longo dos meses de existência de cada safra a fim de refinar a projeção da taxa de *breakage* futura e aproximar, cada vez mais, do que de fato deve se confirmar como número de pontos expirados.

Para que a metodologia, além de mais assertiva, seja também mais precisa, considerou-se um intervalo de confiança para as regressões, contabilizando-se a estimativa no passivo de *breakage* e levou-se ao resultado considerando esse intervalo de confiança. Desta forma, permanece no passivo de *breakage* esta diferença que é ajustada conforme aproximação da safra ao último mês, convergindo ao longo dos meses para o *breakage* efetivo.

### 4.21 Benefícios a empregados

#### 4.21.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, decorrente da obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### 4.21.2 Participação de funcionários e administradores nos resultados

Os funcionários da subsidiária TLA têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração da controladora. O montante da



participação é reconhecido no resultado do exercício em que as metas são atingidas.

O Grupo LATAM concedeu um bônus de longo prazo à alguns dos executivos das subsidiárias brasileiras, o qual tem a sua variação atrelada a cotação das ações da LATAM Airlines, as despesas são registradas quando incorridas em contrapartida a uma obrigação com pessoal.

#### 4.21.3 Plano de benefícios pós emprego

A Companhia oferece o benefício de plano médico aos funcionários aposentados em que a concessão do plano de saúde com contribuição fixa é de acordo com a Lei nº 9.656/98. Assim, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência do vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho. Os principais riscos atuariais associados são: (i) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade, (ii) rotatividade inferior a esperada, e (iii) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

#### 4.21.4 Remuneração baseada em ações

A subsidiária Multiplus oferece a determinados empregados e executivos planos de remuneração com base em ações de sua emissão. O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na Nota 27.

As condições de mercado e as condições de não aquisição de direito são consideradas na estimativa de valor justo de cada opção na data de outorga.

Esse custo das opções concedidas é reconhecido como despesa de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período no qual o direito às opções é adquirido de forma incondicional (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direito devem ser atendidas).

Na data do balanço, a Multiplus revisa suas estimativas do número de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas



iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

Em maio de 2014, foi aprovado um novo plano de remuneração baseada em ações, e também a sua primeira outorga, de ações restritas, para determinados executivos da Multiplus, sujeitas ao cumprimento de prazo e também ao atingimento de um índice financeiro.

Estas ações serão compradas pela Multiplus do mercado e entregue aos executivos no momento da liquidação, desta forma a Multiplus vem reconhecendo a despesa equivalente ao plano em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido, que será utilizada para a futura compra destas ações.

#### 4.22 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Ø receita e/ou despesas de juros;
- Ø ganhos e/ou perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ø ganhos e/ou perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Ø ganhos e/ou perdas líquidas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica dividendos e juros sobre capital próprio recebidos, se houver, como fluxos de caixa das atividades de investimento.

#### 4.23 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos efetuada pela Administração da Companhia, quando houver, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando houver, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem as demonstrações



financeiras e ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

#### 4.24 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais, moeda funcional da Companhia, utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras e os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos no resultado financeiro.

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa final		
Dólar americano (US\$)	<b>3,3080</b>	3,2591
Euro (€)	<b>3,9693</b>	3,4384
Taxa média anual		
Dólar americano (US\$)	<b>3,1925</b>	3,4833
Euro (€)	<b>3,6089</b>	3,8543

#### 4.25 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Conforme divulgado na nota 3, destas demonstrações financeiras a Administração faz uso de estimativas, adota premissas e exerce julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras, a saber:

- Ø valor justo de instrumentos financeiros (Nota 5.7);
- Ø perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Nota 9.1);
- Ø provisão para ajuste a valor realizável dos estoques (Nota 10.1);
- Ø provisão para perda em créditos de liquidação duvidosa, registradas no grupo de demais contas a receber;
- Ø provisão para perda com ativos disponíveis para venda (Nota 13);
- Ø análise anual do valor recuperável de impostos (Nota 14.4);
- Ø análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 17 e 18);



- Ø vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis (Notas 17 e 18);
- Ø reconhecimento de receita de passagens emitidas e não utilizadas, bem como pontos vendidos e não trocados (“breakage”) (Nota 22);
- Ø provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 23); e
- Ø Provisão para manutenção (Nota 24).

#### 4.26 Reclassificações

Com o objetivo de aprimorar a apresentação e comparabilidade dos números a Administração da Companhia promoveu reclassificações nos números apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, emitidas em 4 de abril de 2017.

##### 4.26.1 Demonstrativos dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	Publicado	Reclassificado	Publicado	Reclassificado
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades operacionais				
Provisão para perda de estoques	-	-	-	43.537
Outras provisões (reversões)	-	-	(13.407)	(46.349)
Variações de ativos e passivos				
Estoques	-	-	(16.469)	(27.064)
Aplicações financeiras	(55.804)	-	159.723	-
Juros Pagos	-	-	23.620	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	(55.804)	-	159.723
Empréstimos de mútuo a partes relacionadas	2.978	-	(178.049)	-
Juros recebidos	-	-	-	23.620
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos de mútuo a partes relacionadas	-	2.978	-	(178.049)

##### 4.26.2 Resultado por natureza (nota 30)

	Consolidado		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
Custos dos serviços prestados			
Combustível	3.324.065	279.648	3.603.713
Outras	1.156.167	(279.648)	876.519

## 5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco é feito de forma centralizada pela Vice-Presidência de



Finanças da controladora LATAM com o objetivo de minimizar os efeitos adversos dos riscos financeiros que afetam a Companhia.

### 5.1 Administração do risco de liquidez

Conforme divulgado na nota 1, item 1.1, Administração vem tomando uma série de medidas de forma a compensar os impactos advindos da exposição cambial que alavancam o seu risco de liquidez.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2017, exceto operações de mútuo com a controladora LATAM e suas subsidiárias:

	Controladora 31/12/2017					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa contratual	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	316	-	-	-	316	316
Controladora 31/12/2016						
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	95.415	-	-	-	95.415	95.415
Consolidado 31/12/2017						
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa contratual	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Arrendamentos financeiros	199.292	193.470	835.781	-	1.228.543	1.190.626
Arrendamentos operacionais	1.063.527	704.294	1.080.769	1.017.595	3.866.185	-
Fornecedores	3.972.169	-	-	-	3.972.169	3.972.169
Consolidado 31/12/2016						
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Arrendamentos financeiros	274.394	223.724	969.931	136.517	1.604.566	1.483.624
Arrendamentos operacionais	1.113.588	698.306	1.258.959	77.437	3.148.290	-
Empréstimos e financiamentos	1.885.562	136.475	1.970.737	-	3.992.774	3.272.113
Fornecedores	4.966.313	-	-	-	4.966.313	4.966.313
Outros passivos financeiros	41.820	-	-	-	41.820	41.820



## 5.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado com o contas a receber de clientes e aplicações financeiras, conforme abaixo:

- Ø O risco de crédito relacionado com o contas a receber de clientes é gerenciado ativamente pela Administração. Ainda destaca-se a pulverização da carteira de clientes, incluindo agências de viagens, e concessão de crédito a clientes com bons índices financeiros e operacionais; e
- Ø O risco de crédito de aplicações financeiras está limitado às contrapartes conforme concentração do portfólio da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha saldos de depósitos à vista, aplicações financeiras e contas a receber com instituições financeiras consideradas como de primeira linha, entre elas: Bradesco, Citibank, Banco do Brasil, Alfa, Santander, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Safra.

## 5.3 Administração de risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") em 31 de dezembro de 2017, os quais indicavam as seguintes taxas como cenário provável:

Índice	Taxa estimada com cenário provável
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	9,50%
SELIC	6,90%
LIBOR - London Interbank Offered Rate	1,13%

Controladora 31/12/2017						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	9.074	CDI	9,50%	9.936	11.116	11.352
Aplicações financeiras	4.676	CDI	9,50%	5.120	5.728	5.850
Depósitos judiciais	246	SELIC	6,90%	269	301	308
<b>Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido</b>				<b>1.329</b>	<b>3.149</b>	<b>3.513</b>

Controladora 31/12/2016						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	36.343	CDI	13,99%	41.427	48.672	50.121
Aplicações financeiras	57.446	CDI	13,99%	65.483	76.934	79.224
Depósitos judiciais	172	SELIC	13,65%	196	230	237
Empréstimos a pagar – Mútuos	(2.978)	LIBOR	0,017	(3.395)	(3.988)	(4.107)
<b>Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido</b>				<b>12.729</b>	<b>30.865</b>	<b>34.492</b>



Consolidado						
31/12/2017						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	291.893	CDI	9,50%	319.628	357.592	365.185
Aplicações financeiras	1.561.226	CDI	9,50%	1.709.572	1.912.624	1.953.235
Caixa restrito	37.176	CDI	9,50%	40.708	45.544	46.511
Depósitos judiciais	734.473	SELIC	6,90%	785.152	878.407	897.058
Arrendamento financeiro	(1.190.626)	LIBOR	1,13%	(1.272.779)	(1.423.952)	(1.454.187)
<b>Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido</b>				<b>148.139</b>	<b>336.073</b>	<b>373.660</b>

Consolidado						
31/12/2016						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	201.982	CDI	13,99%	230.239	270.502	278.555
Aplicações financeiras	1.749.204	CDI	13,99%	1.993.918	2.342.604	2.412.341
Caixa restrito	464.247	CDI	13,99%	472.139	482.172	484.179
Empréstimo a receber – Mútuos	2.493.832	LIBOR	1,70%	2.536.227	2.590.122	2.600.901
Depósitos judiciais	627.101	SELIC	13,65%	637.762	651.314	654.025
Empréstimos e financiamentos	(3.272.113)	LIBOR	1,70%	(3.327.739)	(3.398.453)	(3.412.596)
Swap de taxa de juros	(41.820)	CDI	13,99%	(42.531)	(43.435)	(43.615)
Empréstimos a pagar – Mútuos	(7.703)	LIBOR	1,70%	(7.834)	(8.000)	(8.034)
Arrendamento financeiro	(1.483.624)	LIBOR	1,70%	(1.585.994)	(1.774.369)	(1.812.043)
<b>Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido</b>				<b>175.081</b>	<b>1.112.458</b>	<b>1.153.711</b>

## 5.4 Administração de riscos cambiais

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Ativos denominados em US\$</b>		
Caixa e equivalente de caixa	<b>449.899</b>	334.817
Contas a receber - partes relacionadas	<b>2.472.411</b>	2.432.402
Contas a receber	<b>153.001</b>	1.329.103
Pré-pagamentos de manutenções	<b>35.873</b>	151.020
<i>Non Deliverable Forward - NDF</i>	-	43.485
Mútuos a receber	-	2.493.832
<b>Passivos denominados em US\$</b>		
Empréstimos e financiamentos	-	(3.272.113)
Arrendamentos financeiros	<b>(1.190.626)</b>	(1.483.624)
Fornecedores	<b>(313.895)</b>	(692.501)
Fornecedores partes relacionadas	<b>(1.947.272)</b>	(3.307.360)
Provisão para manutenção	<b>(1.438.107)</b>	(1.155.524)
Mútuos a pagar	<b>(238.006)</b>	(7.703)
Exposição cambial, líquida	<b>(2.016.722)</b>	(3.134.166)
<b>Exposição cambial, líquida em US\$</b>	<b>(609.650)</b>	(961.666)



Considerando as projeções macroeconômicas e oscilação cambial, a Administração elaborou o quadro de sensibilidade as variações do câmbio em relação a paridade de US\$ para R\$, conforme demonstrado a seguir:

Paridade - R\$ x US\$ Operação/Instrumento	Consolidado				
	31.12.2017				
	3,308	2,4810	1,6540	4,1350	4,9620
	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
	Atual	Apreciação 25%	Apreciação 50%	Depreciação 25%	Depreciação 50%
<b>Ativos denominados em US\$</b>					
Caixa e equivalente de caixa	449.899	337.424	224.950	562.374	674.849
Contas a receber - partes relacionadas	2.472.411	1.854.308	1.236.206	3.090.514	3.708.617
Contas a receber	153.001	114.751	76.501	191.251	229.502
Pré-pagamentos de manutenções	35.873	26.905	17.937	44.841	53.810
<b>Passivos denominados em US\$</b>					
Arrendamentos financeiros	(1.190.626)	(892.970)	(595.313)	(1.488.283)	(1.785.939)
Fornecedores	(313.895)	(235.421)	(156.948)	(392.369)	(470.843)
Fornecedores partes relacionadas	(1.947.272)	(1.460.454)	(973.636)	(2.434.090)	(2.920.908)
Provisão para manutenção	(1.438.107)	(1.078.580)	(719.054)	(1.797.634)	(2.157.161)
Mútuos a pagar	(238.006)	(178.505)	(119.003)	(297.508)	(357.009)
<b>Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido</b>		<b>1.008.360</b>	<b>2.016.722</b>	<b>(1.008.362)</b>	<b>(2.016.722)</b>

Paridade - R\$ x US\$ Operação/Instrumento	Consolidado				
	31.12.2016				
	3,2591	2,4443	1,6296	4,0739	4,8887
	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
	Atual	Apreciação 25%	Apreciação 50%	Depreciação 25%	Depreciação 50%
<b>Ativos denominados em US\$</b>					
Caixa e equivalente de caixa	334.817	251.113	167.409	418.521	502.226
Contas a receber - partes relacionadas	2.432.402	1.824.302	1.216.201	3.040.503	3.648.603
Contas a receber	1.329.103	996.827	664.552	1.661.379	1.993.655
Pré-pagamentos de manutenções	151.020	113.265	75.510	188.775	226.530
Non Deliverable Forward - NDF	43.485	32.614	21.743	54.356	65.228
Mútuos a receber	2.493.832	1.870.374	1.246.916	3.117.290	3.740.748
<b>Passivos denominados em US\$</b>					
Empréstimos e financiamentos	(3.272.113)	(2.454.085)	(1.636.057)	(4.090.141)	(4.908.170)
Arrendamentos financeiros	(1.483.624)	(1.112.718)	(741.812)	(1.854.530)	(2.225.436)
Partes relacionadas	(3.307.360)	(2.480.520)	(1.653.680)	(4.134.200)	(4.961.040)
Provisão para manutenção	(1.155.524)	(866.643)	(577.762)	(1.444.405)	(1.733.286)
Exposição cambial, líquida	(2.433.962)	(1.825.471)	(1.216.981)	(3.042.452)	(3.650.943)
<b>Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido</b>		<b>1.216.981</b>	<b>2.433.962</b>	<b>(1.216.981)</b>	<b>(2.433.962)</b>

## 5.5 Administração de riscos relacionados a variação no preço do combustível

Um dos componentes mais importantes dos custos de operação da Companhia é o preço do combustível de aviação, que por sua vez, está intrinsecamente relacionado ao preço do barril de petróleo no mercado internacional.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança no preço do combustível de aviação no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Foi adotado como cenário provável o preço médio por barril de petróleo bruto divulgado pela *U.S. Energy Administration and Information* de US\$50,79 (cinquenta reais e setenta e nove centavos) em 31 de dezembro de 2017 e 2016



projetado o impacto no resultado, resultante de um incremento de 25% e 50% no preço, sendo:

<b>Controladora e Consolidado</b>	
<b>31/12/2017</b>	
<b>Cenário</b>	<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>
Incremento de 25%	991.772
Incremento de 50%	1.983.543
Redução de 25%	(991.772)
Redução de 50%	(1.983.543)
Consolidado	
<b>31/12/2016</b>	
<b>Cenário</b>	<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>
Incremento de 25%	569.521
Incremento de 50%	1.139.041
Redução de 25%	(569.521)
Redução de 50%	(1.139.041)

## 5.6 Instrumentos financeiros por categoria

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	31/12/2016	<b>31/12/2017</b>	31/12/2016
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa restrito	-	-	<b>37.176</b>	464.247
Contas a receber	<b>5</b>	4.050	<b>4.636.454</b>	4.281.678
Pré-pagamentos de manutenções	-	-	<b>35.873</b>	151.020
Mútuos a receber	-	-	-	2.493.832
Depósitos judiciais	<b>246</b>	172	<b>734.473</b>	627.101
Demais contas a receber	<b>218</b>	15.251	<b>163.658</b>	185.489
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(3.272.113)
Arrendamentos financeiros	-	-	<b>(1.190.626)</b>	(1.483.624)
Fornecedores	<b>(316)</b>	(95.415)	<b>(3.972.169)</b>	(4.966.313)
Empréstimos a pagar - Mútuos	<b>(17.978)</b>	(2.978)	<b>(238.006)</b>	(7.703)
Demais contas a pagar	-	-	<b>(153.371)</b>	(193.653)
<b>Mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	<b>9.074</b>	36.343	<b>396.494</b>	234.641
Aplicações financeiras	<b>4.676</b>	57.446	<b>1.561.226</b>	1.749.204
<i>Non Deliverable Forward</i> - NDF	-	-	-	43.485
<i>Swap</i> de combustível	-	-	-	17.483
<i>Swap</i> de taxa de juros	-	-	-	41.820



## 5.7 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

- ∅ Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- ∅ Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- ∅ Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável à Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

	<b>Controladora</b>					
	<b>31/12/2017</b>			<b>31/12/2016</b>		
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Total</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Total</b>
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	9.074	-	<b>9.074</b>	36.343	-	36.343
Aplicações financeiras	4.676	-	<b>4.676</b>	57.446	-	57.446
	<u>13.750</u>	<u>-</u>	<u><b>13.750</b></u>	<u>93.789</u>	<u>-</u>	<u>93.789</u>
	<b>31/12/2017</b>			<b>31/12/2016</b>		
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Total</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Total</b>
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	396.494	-	<b>396.494</b>	234.641	-	234.641
Aplicações financeiras	1.561.226	-	<b>1.561.226</b>	1.749.204	-	1.749.204
Non Deliverable Forward - NDF	-	-	-	-	43.485	43.485
Swap de combustível	-	-	-	-	17.483	17.483
	<u>1.957.720</u>	<u>-</u>	<u><b>1.957.720</b></u>	<u>1.983.845</u>	<u>60.968</u>	<u>2.044.813</u>
Passivos						
Contrato de swap - taxa de juros	-	-	-	-	41.820	41.820
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.820</u>	<u>41.820</u>



## 5.8 Comparação entre valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Valor contábil</b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>31/12/2017</b>	31/12/2016	<b>31/12/2017</b>	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	-	3.272.113	-	3.992.774
Arrendamentos financeiros	<b>1.190.626</b>	1.483.624	<b>1.228.543</b>	1.604.566
	<b>1.190.626</b>	4.755.737	<b>1.228.543</b>	5.597.340

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	31/12/2016	<b>31/12/2017</b>	31/12/2016
<b>Caixa e Bancos</b>				
Dólar norte-americano	-	-	<b>229.465</b>	223.981
Reais	<b>1.346</b>	60	<b>35.672</b>	105.955
Euro	-	-	<b>16.428</b>	4.099
Outras Moedas	-	-	<b>99.405</b>	74.078
	<b>1.346</b>	60	<b>380.970</b>	408.113
<b>Equivalentes de caixa</b>				
Em Reais				
Fundo de Investimento	<b>9.074</b>	36.343	<b>219.259</b>	181.584
Certificado de depósito bancário	-	-	<b>49.620</b>	20.398
Overnight	-	-	<b>23.014</b>	-
	<b>9.074</b>	36.343	<b>291.893</b>	201.982
Em Dólar norte-americano				
Depósito a prazo	-	-	<b>99</b>	32.659
Overnight	-	-	<b>104.502</b>	-
	-	-	<b>104.601</b>	32.659
	<b>10.420</b>	36.403	<b>777.464</b>	642.754

A variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa decorre principalmente pelo aumento de capital efetuado pelos acionistas no mês de dezembro, líquido da amortização de empréstimos a pagar de mútuo.



## 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de Investimento Aberto	-	-	195.521	410.520
Fundo de Investimento Exclusivo	4.676	57.446	1.242.021	1.214.342
Fundos Cambial/Estruturados	-	-	123.684	117.767
Outros Investimentos	-	-	-	6.575
	<b>4.676</b>	<b>57.446</b>	<b>1.561.226</b>	<b>1.749.204</b>

Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações financeiras são mantidas em fundos de investimentos abertos, restritos e exclusivos, remunerados à taxa média ponderada de 102,83% (98,57% em 31 de dezembro de 2016) da taxa do CDI, não há carências para efetuar o resgate das cotas.

## 8. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Garantia de empréstimo <sup>(1)</sup>	-	244.466
Garantia de carta fiança <sup>(2)</sup>	-	178.343
Garantias aeroportuárias	37.176	16.598
Outros	-	24.840
	<b>37.176</b>	<b>464.247</b>
Circulante	5.338	431.252
Não circulante	31.838	32.995

(1) O certificado de depósito bancário oferecido como garantia na operação de empréstimo de capital de giro foi resgatado em virtude da amortização total da dívida ocorrida em setembro de 2017.

(2) Em 8 de dezembro de 2017 ocorreu o resgate do certificado de depósito bancário oferecido em garantia da carta fiança que foi substituída por seguro garantia. A referida garantia estava atrelada a emissão de carta-fiança para que a Companhia pudesse obter a Certidão Negativa de Débitos devido a pendências financeiras junto ao Governo Federal em decorrência do auto de infração referente a glosa de deduções para fins de apuração de CSLL, vide nota 23.



## 9. CONTAS A RECEBER

	31/12/2017				Controladora 31/12/2016			
	Nacionais	Internacionais	Total	%	Nacionais	Internacionais	Total	%
	Partes Relacionadas	5	-	5	100	4.050	-	4.050
	5	-	5	100	4.050	-	4.050	100
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanço	5	-	5	-	4.050	-	4.050	-

	31/12/2017				Consolidado 31/12/2016			
	Nacionais	Internacionais	Total	%	Nacionais	Internacionais	Total	%
	Cartões de crédito	1.440.237	91.900	1.532.137	31,9	1.146.941	59.853	1.206.794
Cartão de Débito/Recebimento à vista	5.762	347	6.109	0,1	1.745	4.165	5.910	0,1
Crédito Direto	492.674	4.581	497.255	10,4	553.000	568	553.568	12,4
Documentos por Cobrar	105.127	2.456	107.583	2,2	80.212	2.375	82.587	1,9
IATA	129.019	53.717	182.736	3,8	104.024	67.013	171.037	3,8
Partes relacionadas	965	2.472.411	2.473.376	51,5	89.722	2.342.680	2.432.402	54,6
	2.173.784	2.625.412	4.799.196	100	1.975.644	2.476.654	4.452.298	100
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(160.204)	(2.538)	(162.742)	-	(170.510)	(110)	(170.620)	-
	2.013.580	2.622.874	4.636.454	-	1.805.134	2.476.544	4.281.678	-

O aumento no saldo de cartões de crédito observado em 31 de dezembro de 2017 em relação ao ano anterior, reflete o aumento das vendas com esta forma de recebimento e redução das antecipações de recebíveis de cartão sem direito de regresso.

A variação no saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está representada, principalmente, pela recuperação de clientes.

### 9.1 Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	(170.620)	(159.848)
Constituição de provisão	(60.161)	(82.781)
Perda efetiva	10.932	-
Recuperação de créditos provisionados	57.107	72.009
Saldo ao final do período	(162.742)	(170.620)

A Administração avaliou que a o saldo da provisão para perdas reflete a melhor estimativa, com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A constituição da provisão e a recuperação de créditos provisionados foram incluídas em "despesas com vendas" na demonstração do resultado.



## 9.2 Composição do saldo por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	5	4.050	4.581.130	4.243.716
Vencidos				
até 60 dias	-	-	45.245	7.554
de 61 a 90 dias	-	-	9.490	3.305
de 91 a 180 dias	-	-	14.730	18.681
de 181 a 360 dias	-	-	20.150	61.933
há mais de 360 dias	-	-	128.451	117.109
	<b>5</b>	<b>4.050</b>	<b>4.799.196</b>	<b>4.452.298</b>

## 10 ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Peças e materiais para manutenção e reparos	397.479	365.741
Outros estoques <sup>(1)</sup>	51.228	57.620
	<b>448.707</b>	<b>423.361</b>
Provisão para perdas de estoques	(82.838)	(87.840)
	<b>365.869</b>	<b>335.521</b>

(1) Outros estoques incluem uniformes, material de papelaria, itens de alimentação e outros estoques.

Itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para ajuste ao valor de realização, conforme demonstrado abaixo:

### 10.1 Movimentação das provisões para perdas de estoque

	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	87.840	44.303
Constituição de provisão	50.866	43.537
Consumo de provisão	(55.868)	-
Saldo no final do exercício	<b>82.838</b>	<b>87.840</b>

A Administração avaliou que a o saldo da provisão para perdas reflete a melhor estimativa, com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2017 e 2016.



## 11 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS	-	-	<b>122.296</b>	116.490
PIS e COFINS	-	-	<b>56.770</b>	70.745
IRPJ e CSLL	<b>17.312</b>	21.070	<b>148.892</b>	18.504
Impostos a recuperar no exterior	-	-	<b>53.418</b>	52.334
Demais impostos	-	-	<b>10.116</b>	108.303
	<b>17.312</b>	21.070	<b>391.492</b>	366.376

## 12 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	Consolidado
	31/12/2016
<b>Derivativos não designados como <i>hedge accounting</i></b>	
<b>Ativo</b>	
Swap de combustível	17.483
Non deliverable forward - NDF	43.485
<b>Total de outros ativos financeiros</b>	<b>60.968</b>
<b>Passivo</b>	
Swap de taxa de juros	41.820
<b>Total de outros passivos financeiros</b>	<b>41.820</b>

Não haviam operações com derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017.

## 13 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	31/12/2017	Consolidado
		31/12/2016
Aeronave e motores	-	240.328
Peças e materiais para manutenção e reparos	<b>36.861</b>	43.340
Edifícios	<b>789</b>	788
	<b>37.650</b>	284.456
Provisão para perdas	<b>(18.978)</b>	(131.876)
	<b>18.672</b>	152.580

A variação ocorre devido a transferência de três aeronaves para o Grupo LATAM, bem como pelas vendas de peças e materiais de manutenção e reparo ocorridas



no exercício, a Administração continua comprometida com o seu plano de vender os ativos remanescentes acima apresentados.

## 14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

### 14.1 Composição e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<b>Controladora</b>		
	<b>31/12/2016</b>	<b>Resultado</b>	<b>31/12/2017</b>
Prejuízo fiscal	38.150	(2.108)	<b>36.042</b>
Base negativa da contribuição social	19.636	(759)	<b>18.877</b>
	<b>57.786</b>	<b>(2.867)</b>	<b>54.919</b>
	<b>Consolidado</b>		
	<b>31/12/2016</b>	<b>Resultado</b>	<b>31/12/2017</b>
Prejuízo fiscal	492.435	(128.216)	<b>364.219</b>
Base negativa de contribuição social	247.052	(96.997)	<b>150.055</b>
Impostos diferidos não registrados	(379.636)	206.052	<b>(173.584)</b>
Impostos diferidos	<b>359.851</b>	(19.161)	<b>340.690</b>
Diferenças temporárias:			
Provisão para devedores duvidosos e demais contas a receber	9.114	9.192	<b>18.306</b>
Provisão para perda de estoques	10.884	17.281	<b>28.165</b>
Provisão para perdas de estoques e bens disponíveis para venda	44.869	(38.417)	<b>6.452</b>
Provisão para manutenção e arrendamento de frota	451.697	34.038	<b>485.735</b>
Provisão para bonus e PLR	32.298	(5.708)	<b>26.590</b>
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	210.086	1.643	<b>211.729</b>
Outras	3.930	(40.839)	<b>(36.909)</b>
<b>Total</b>	<b>1.122.729</b>	<b>(41.971)</b>	<b>1.080.758</b>
Parcelamento PERT		5.103	
<b>Imposto líquido em resultado</b>		<b>(36.868)</b>	



## 14.2 Conciliação da alíquota de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	<b>381.973</b>	(283.074)	<b>837.876</b>	238.361
Alíquota nominal combinada	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
Imposto calculado às alíquotas nominais	<b>(129.871)</b>	96.245	<b>(284.878)</b>	(81.043)
Efeitos fiscais sobre diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	<b>173.045</b>	(94.803)	-	-
Despesas indedutíveis	<b>(48.662)</b>	-	<b>(95.489)</b>	(38.956)
Receitas não tributáveis	-	-	-	41.820
Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	-	-	<b>69.159</b>	(280.510)
Resultado de investidas no exterior sediadas em Cayman	-	-	<b>(79.878)</b>	(84.923)
Outros	<b>(3.348)</b>	(13.765)	<b>65.526</b>	51.075
Resultado com impostos	<b>(8.836)</b>	(12.323)	<b>(325.560)</b>	(392.537)
Imposto de renda e contribuição social corrente	<b>(5.969)</b>	(8.619)	<b>(288.692)</b>	(240.586)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<b>(2.867)</b>	(3.704)	<b>(36.868)</b>	(151.951)
Alíquota efetiva	<b>2,3%</b>	-4,4%	<b>38,9%</b>	164,7%

## 14.3 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia não vem registrando novos créditos de ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízo fiscal de IRPJ, base negativa de CSLL e diferenças temporárias. Os montantes não registrados pelas subsidiárias são apresentados a seguir:

Subsidiária	31/12/2017	31/12/2016
TLA	<b>173.584</b>	365.433
ABSA	<b>25.137</b>	26.468
Fidelidade Viagens e Turismo (1)	<b>40.706</b>	41.951

(1) Subsidiária Fidelidade Viagens e Turismo, definida aqui como TAM Viagens

## 14.4 Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

A Companhia avalia periodicamente se é provável que irá gerar lucro tributável futuro para que possa reconhecer o ativo fiscal diferido, tanto sobre diferenças temporárias dedutíveis, como para prejuízos fiscais acumulados. Provisões para perdas são registradas na proporção de que não seja provável que o ativo fiscal diferido será realizado. Ao fazer essa determinação, a Administração considera todas as evidências positivas e negativas disponíveis e faz determinadas estimativas. Entre outras coisas, são considerados o resultado futuro tributável, reversão de impostos diferidos passivos, o ambiente de negócios em geral, os resultados financeiros históricos e estratégias de planejamento tributário. Na avaliação da probabilidade de utilização do ativo fiscal diferido, os fatores significativos que foram considerados incluem:



- Ø os resultados tributários históricos;
- Ø o cenário econômico brasileiro e global;
- Ø o orçamento elaborado pela Administração;
- Ø as taxas US\$ projetadas;
- Ø estimativa de preços dos combustíveis;
- Ø as expectativas de demanda e de oferta feita no mercado brasileiro;
- Ø os projetos transformacionais da Companhia relacionados principalmente a busca de novas oportunidades e redução de custos;
- Ø a simulação de diversos cenários de estresse; e
- Ø o impacto futuro das diferenças temporárias tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2017, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros por empresa, observadas as limitações legais.

O reconhecimento do ativo fiscal diferido está também baseado em uma série de ações já iniciadas e outras por se iniciarem que irão contribuir para a geração de resultados tributáveis futuros, conforme divulgado na nota 1.1 destas demonstrações financeiras.

Apresenta-se a seguir a expectativa de realização de impostos diferidos registrados sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social consolidados, preparada com base nas premissas detalhadas acima:

<b>Ano</b>	<b>Valor estimado de realização</b>
2018	<b>207.580</b>
2019	<b>83.703</b>
2020 em diante	<b>49.407</b>



## 15 DEPÓSITOS JUDICIAIS

A movimentação dos depósitos judiciais está apresentada a seguir:

		<b>Controladora</b>				
		<b>31/12/2016</b>	<b>Adição</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2017</b>	
Cíveis		-	-	-	-	
Bloqueios Judiciais		172	1.802	(1.728)	<b>246</b>	
		<u>172</u>	<u>1.802</u>	<u>(1.728)</u>	<u><b>246</b></u>	
		Controladora				
		<b>31/12/2015</b>	<b>Adição</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2016</b>	
Cíveis		260	5	(265)	-	
Bloqueios Judiciais		2.589	2.774	(5.191)	172	
		<u>2.849</u>	<u>2.779</u>	<u>(5.456)</u>	<u>172</u>	
		<b>Consolidado</b>				
		<b>31/12/2016</b>	<b>Adição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>31/12/2017</b>
Fundo aeroviário		375.659	-	-	26.309	<b>401.968</b>
Cíveis		65.914	17.391	(32.423)	3.124	<b>54.006</b>
Trabalhistas		89.353	63.703	(49.153)	-	<b>103.903</b>
Tributários e previdenciários		73.730	81.828	(4.084)	4.854	<b>156.328</b>
Bloqueios Judiciais		22.445	202.481	(206.735)	77	<b>18.268</b>
		<u>627.101</u>	<u>365.403</u>	<u>(292.395)</u>	<u>34.364</u>	<u><b>734.473</b></u>
		Consolidado				
		<b>31/12/2015</b>	<b>Adição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>31/12/2016</b>
Fundo aeroviário		341.205	-	-	34.454	375.659
Cíveis		26.077	116.752	(81.464)	4.549	65.914
Trabalhistas		62.232	52.213	(25.092)	-	89.353
Tributários e previdenciários		66.722	254.290	(260.339)	13.057	73.730
Bloqueios Judiciais		34.543	278.763	(290.861)	-	22.445
		<u>530.779</u>	<u>702.018</u>	<u>(657.756)</u>	<u>52.060</u>	<u>627.101</u>

As informações acerca das contingências que originaram os saldos acumulados na rubrica de depósitos judiciais estão detalhadas na nota 23.



## 16 INVESTIMENTOS

### 16.1 Composição dos saldos

	<b>Controladora</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Participação em empresas controladas	<b>534.070</b>	352.764
Provisão para perdas com investimentos <sup>(1)</sup>	-	(1.044.567)
	<b>534.070</b>	<b>(691.803)</b>

(1) Valores registrados no grupo do passivo não circulante.

### 16.2 Movimentação dos investimentos diretos

	Transportes		TP Franchising Ltda	Multiplus S.A	Corsair Participações S.A	ABSA Aerolineas S.A	Total
	Tam Linhas Aéreas S.A	Aéreos del Mercosur S.A					
Em 31 de dezembro de 2015	(670.213)	78.024	3.156	189.798	(1.682)	154.104	(246.813)
Aumento de capital	777.790	-	-	8.167	-	-	785.957
Integralização de AFAC	(434.000)	-	-	-	-	-	(434.000)
Recuperação de ações	-	-	-	(5.863)	-	-	(5.863)
Transações de capital com os sócios	-	-	-	(16.835)	-	-	(16.835)
Resultado de equivalência patrimonial	(651.298)	21.903	(196)	373.740	2.528	(25.510)	(278.833)
Realização de reserva de reavaliação	-	401	-	-	-	-	401
Reclassificação de IR/CS sobre reserva de reavaliação	(8.056)	-	-	-	-	-	(8.056)
Integralização do plano de remuneração de ações	(58.790)	-	-	-	-	-	(58.790)
Ajuste acumulado de conversão	-	(20.023)	29	-	-	(29.910)	(49.904)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	(379.067)	-	-	(379.067)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(1.044.567)</b>	<b>80.305</b>	<b>2.989</b>	<b>169.940</b>	<b>846</b>	<b>98.684</b>	<b>(691.803)</b>
Aumento de capital	1.112.088	-	-	-	-	-	1.112.088
Recuperação de ações	-	-	-	2.885	-	-	2.885
Resultado de equivalência patrimonial	120.509	17.826	(1.294)	368.868	1.220	1.794	508.923
Constituição de reserva de reavaliação	-	8.672	-	-	-	-	8.672
Constituição de reserva legal	-	(1.189)	-	-	-	-	(1.189)
Ajuste acumulado de conversão	60	2.433	-	-	-	3.931	6.424
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(20.810)	-	(391.120)	-	-	(411.930)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>188.090</b>	<b>87.237</b>	<b>1.695</b>	<b>150.573</b>	<b>2.066</b>	<b>104.409</b>	<b>534.070</b>

### 16.3 Informações sobre empresas controladas

							<b>31/12/2017</b>
	Tam Linhas Aéreas S.A	Transportes Aéreos del Mercosur S.A	TP Franchising Ltda	Multiplus S.A	Corsair Participações S.A	ABSA Aerolineas S.A	Total
Capital Social	7.106.330	-	30	107.300	191	144.061	7.357.912
Quantidade de ações - total ordinárias	2.064.602	87.653	30.100	162.246.573	1.000	4.060.702	-
Possuídas-ordinárias	2.064.602	83.253	30.100	118.018.157	1.000	4.060.702	-
% de participação							
No capital total	100,00%	94,98%	100,00%	72,74%	100,00%	100,00%	-
No capital votante	100,00%	94,98%	100,00%	72,74%	100,00%	100,00%	-
Patrimônio líquido	188.090	91.848	1.695	229.668	2.066	104.409	-
<b>Valor do investimento</b>	<b>188.090</b>	<b>87.237</b>	<b>1.695</b>	<b>150.573</b>	<b>2.066</b>	<b>104.409</b>	<b>534.070</b>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	120.509	18.768	(1.294)	507.105	1.220	1.794	-
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>120.509</b>	<b>17.826</b>	<b>(1.294)</b>	<b>368.868</b>	<b>1.220</b>	<b>1.794</b>	<b>508.923</b>



	31/12/2016						
	Transportes		TP Franchising Ltda	Corsair		ABSA	Total
	Tam Linhas Aéreas S.A	Aéreos del Mercosur S.A		Multiplus S.A	Participações S.A	Aerolineas S.A	
Capital Social	5.994.245	5.450	30	107.300	191	144.061	6.251.277
Quantidade de ações - total ordinárias	2.064.602	87.653	30.100	162.246.573	1.000	4.060.702	-
Possuídas-ordinárias	2.064.602	83.253	30.100	118.018.157	1.000	4.060.702	-
% de participação							
No capital total	100,00%	94,98%	100,00%	72,74%	100,00%	100,00%	-
No capital votante	100,00%	94,98%	100,00%	72,74%	100,00%	100,00%	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(1.044.567)	84.550	2.989	256.099	846	98.684	-
<b>Valor do investimento</b>	<b>(1.044.567)</b>	<b>80.305</b>	<b>2.989</b>	<b>169.940</b>	<b>846</b>	<b>98.684</b>	<b>(691.803)</b>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(651.298)	23.063	(196)	513.802	2.528	(25.510)	-
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>(651.298)</b>	<b>21.903</b>	<b>(196)</b>	<b>373.740</b>	<b>2.528</b>	<b>(25.510)</b>	<b>(278.833)</b>

Não houve mudanças nas participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## 17 IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é apresentada a seguir:

Consolidado							
	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2016	Adições	Transferências <sup>(3)</sup>	Baixas	Variação Cambial	31/12/2017
<b>Custo</b>							
Terrenos	-	41.020	-	-	-	314	41.334
Equipamentos de voo	-	4.287.394	252.553 <sup>(1)</sup>	1.256	(136.035) <sup>(2)</sup>	-	4.405.168
Edifícios	-	224.276	-	11.299	-	313	235.888
Computadores e periféricos	-	238.330	7.281	1.366	(2.995)	169	244.151
Máquinas e equipamentos	-	108.374	291	5.228	(21)	19	113.891
Imobilizações em andamento	-	59.424	16.411	(50.900)	25	206	25.166
Outros	-	479.253	2.144	32.234	(631)	24	513.024
		5.438.071	278.680	483	(139.657)	1.045	5.578.622
<b>Depreciação</b>							
Equipamentos de voo	4,91%	(2.196.527)	(210.463)	(2.964)	81.111	-	(2.328.843)
Edifícios	3,05%	(77.877)	(6.840)	(1)	-	(143)	(84.861)
Computadores e periféricos	8,97%	(185.738)	(21.375)	(25)	1.519	(149)	(205.768)
Máquinas e equipamentos	8,20%	(78.179)	(8.892)	(29)	31	(14)	(87.083)
Outros	8,68%	(272.924)	(41.589)	427	335	(200)	(313.951)
		(2.811.245)	(289.159)	(2.592)	82.996	(506)	(3.020.506)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>2.626.826</b>	<b>(10.479)</b>	<b>(2.109)</b>	<b>(56.661)</b>	<b>539</b>	<b>2.558.116</b>

Consolidado							
	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2015	Adições	Transferências <sup>(4)</sup>	Baixas	Variação Cambial	31/12/2016
<b>Custo</b>							
Terrenos	-	42.358	-	-	-	(1.338)	41.020
Equipamentos de voo	-	5.442.139	225.646	(280.076)	(1.100.315)	-	4.287.394
Edifícios	-	134.825	789	91.295	(294)	(2.339)	224.276
Computadores e periféricos	-	230.671	8.727	318	(134)	(1.252)	238.330
Máquinas e equipamentos	-	107.915	867	(204)	(44)	(160)	108.374
Imobilizações em andamento	-	98.515	35.404	(74.350)	(117)	(28)	59.424
Outros	-	522.787	16.636	(50.863)	(7.161)	(2.146)	479.253
		6.579.210	288.069	(313.880)	(1.108.065)	(7.263)	5.438.071
<b>Depreciação</b>							
Equipamentos de voo	5,29%	(2.335.168)	(288.091)	41.694	385.039	(1)	(2.196.527)
Edifícios	8,43%	(33.156)	(3.567)	(42.495)	72	1.269	(77.877)
Computadores e periféricos	8,68%	(166.500)	(20.032)	(110)	31	873	(185.738)
Máquinas e equipamentos	8,61%	(69.181)	(9.288)	177	24	89	(78.179)
Outros	8,34%	(277.018)	(43.581)	42.432	3.362	1.881	(272.924)
		(2.881.023)	(364.559)	41.698	388.528	4.111	(2.811.245)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>3.698.187</b>	<b>(76.490)</b>	<b>(272.182)</b>	<b>(719.537)</b>	<b>(3.152)</b>	<b>2.626.826</b>



- (1) As adições de equipamentos de voo estão representadas principalmente por gastos de manutenção e peças sobressalentes das aeronaves ativadas durante o exercício, conforme prática contábil adotada pela Companhia, divulgada na nota 4.11;
- (2) As baixas de equipamentos de voo representam principalmente a transferência de 1 aeronave e 1 motor para o Grupo LATAM e posteriormente subarrendados na modalidade de arrendamento mercantil operacional para a Companhia;
- (3) O valor líquido das transferências está representado por: para o intangível de gastos referentes a projetos de desenvolvimento de softwares no valor de R\$2.109.
- (4) O valor líquido das transferências está representado por: (a) transferência para o grupo de ativos disponíveis para venda sendo de R\$240.328 referente ao valor contábil líquido das aeronaves modelo A-330, e R\$788 a edificações; e (b) transferência para o intangível de gastos referentes a projetos de desenvolvimento de softwares no valor de R\$31.066.

## 18 INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é apresentada a seguir:

							Consolidado
Taxas a.a.	31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas	Conversão de moeda		31/12/2017
<b>Custo</b>							
Marcas	-	198.195	-	-	-	-	198.195
Softwares	-	870.521	25.380	37.036	(33.055)	(39)	899.843
Softwares em desenvolvimento	-	56.727	60.742	(35.091)	(283)	65	82.160
Outros	-	124.927	-	-	(124.927)	-	-
		1.250.370	86.122	1.945	(158.265)	26	1.180.198
<b>Amortização</b>							
Marcas	12,74%	(61.553)	(25.247)	-	-	-	(86.800)
Softwares	7,62%	(599.536)	(66.333)	164	32.532	(11)	(633.184)
		(661.089)	(91.580)	164	32.532	(11)	(719.984)
<b>Intangível líquido</b>		<b>589.281</b>	<b>(5.458)</b>	<b>2.109</b>	<b>(125.733)</b>	<b>15</b>	<b>460.214</b>

							Consolidado
Reapresentado							
Taxas a.a.	31/12/2015	Adições	Transferências	Baixas	Conversão de moeda		31/12/2016
<b>Custo</b>							
Marcas	-	168.312	-	29.883	-	-	198.195
Softwares	-	703.057	3.935	163.543	(14)	-	870.521
Softwares em desenvolvimento	-	91.829	81.705	(113.768)	(3.025)	(14)	56.727
Direito de uso dos slots	-	124.927	-	(124.927)	-	-	-
Outros	-	48.592	-	76.335	-	-	124.927
		1.136.717	85.640	31.066	(3.039)	(14)	1.250.370
<b>Amortização</b>							
Marcas	9,78%	(45.092)	(16.461)	-	-	-	(61.553)
Softwares	10,22%	(527.670)	(71.864)	-	-	(2)	(599.536)
		(572.762)	(88.325)	-	-	(2)	(661.089)
<b>Intangível líquido</b>		<b>563.955</b>	<b>(2.685)</b>	<b>31.066</b>	<b>(3.039)</b>	<b>(16)</b>	<b>589.281</b>



- (1) Em 31 de dezembro de 2017, a administração reconheceu uma perda por recuperabilidade temporária referente aos ativos denominados "slots", oriundos da aquisição da Pantanal Linhas Aéreas S.A., incorporada pela subsidiária TLA no ano de 2011. Essa perda decorre de um estudo elaborado pela Administração que considera o histórico recente e as perspectivas de lenta recuperação do mercado doméstico de transporte de passageiros.

## 19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Vigência		Taxa efetiva	Consolidado	
				31/12/2016	
	Início	Vencto.	a.a.	Circulante	Não circulante
Em moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro	09/2016	09/2017	Libor +2,45%	650.445	-
Bonus seniores - Tam Capital 1	04/2007	04/2017	7,61%	990.215	-
Bonus seniores - Tam Capital 3	06/2011	06/2021	8,51%	9.522	1.621.931
				<u>1.650.182</u>	<u>1.621.931</u>

Em 30 de abril de 2017 ocorreu a liquidação do Bonus seniores -TAM Capital 1.

Em 31 de agosto de 2017 ocorreu a liquidação do Bonus seniores - Tam Capital 3.

Em 27 de setembro de 2017 ocorreu a liquidação do Capital de Giro junto ao Banco Citibank.

## 20 OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL

As subsidiárias TLA e ABSA são arrendatárias em diversos contratos que podem ser classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

### 20.1 Arrendamentos financeiros

A subsidiária TLA contrata arrendamentos mercantis financeiros de equipamentos de informática, aeronaves, motores, máquinas e equipamentos destinados à manutenção de suas atividades.

Os pagamentos futuros mínimos obrigatórios estão segregados conforme demonstrado a seguir e foram registrados no passivo circulante e não circulante:



	<b>Consolidado</b>			
	<b>Fluxo e pagamentos contratuais futuros</b>	<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>Total</b>	
			<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Até 1 ano	199.292	167.841	<b>167.841</b>	228.756
Entre 1 e 5 anos	1.029.251	1.022.785	<b>1.022.785</b>	1.118.686
Superior a 5 anos	-	-	-	136.182
			<b>1.190.626</b>	<b>1.483.624</b>
		Circulante	<b>167.841</b>	228.756
		Não circulante	<b>1.022.785</b>	1.254.868

A Companhia mantém controle dos bens arrendados os quais estão apresentados a seguir:

	Taxa média depreciação a.a.	<b>Consolidado</b>	
		<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Custo			
Aeronaves	-	<b>299.168</b>	327.299
Motores	-	<b>201.089</b>	177.115
		<b>500.257</b>	504.414
Depreciação			
Aeronaves	10%	<b>(67.283)</b>	(59.398)
Motores	12%	<b>(87.090)</b>	(85.153)
		<b>(154.373)</b>	(144.551)
Ativos líquidos		<b>345.884</b>	359.863

Para os referidos arrendamentos foram oferecidas como garantia, cartas de fiança de emissão da subsidiária TLA no valor de R\$39.696 em 31 de dezembro de 2017 (R\$80.161 em 31 de dezembro de 2016) e seguro garantia no valor de R\$472.470 em 31 de dezembro de 2016, não havendo saldo desta modalidade no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As cláusulas dos contratos de ambas as modalidades, no que tange a renovação, reajuste e opção de compra, são as práticas de mercado. Ademais, não existem cláusulas de pagamentos contingentes ou relativas à restrição de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio ou captação de dívida adicional.

Em 31 de dezembro de 2017, a subsidiária TLA possui 8 aeronaves (9 aeronaves em 31 de dezembro de 2016), adquiridos por meio de arrendamento financeiro.

## 20.2 Arrendamentos operacionais

A Companhia por meio de suas subsidiárias TLA e ABSA assumiu compromissos de arrendamento operacional de 138 aeronaves e 39 motores e 1 unidade



auxiliar de energia ("APU") em 31 de dezembro de 2017 (157 aeronaves e 40 motores e uma unidade de energia ("APU") em 31 de dezembro de 2016). A maior parte destes contratos são transações com partes relacionadas e possuem prazo médio de 60 meses e são atualizados com base na variação do US\$, acrescidos da variação da taxa LIBOR, de forma a garantir estas operações as subsidiárias contrataram cartas-fianças, efetuaram depósitos e/ou ofereceram notas promissórias.

Os gastos incorridos com arrendamentos operacionais contabilizados na rubrica de custo dos serviços prestados totalizaram R\$ 1.649.575 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.227.701 em 31 de dezembro de 2016).

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais são apresentados a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Até 1 ano	<b>1.063.527</b>	1.840.705
Entre 1 e 5 anos	<b>1.785.063</b>	1.230.148
Superior a 5 anos	<b>1.017.595</b>	77.437
	<b>3.866.185</b>	<b>3.148.290</b>

## 21 FORNECEDORES

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	31/12/2016	<b>31/12/2017</b>	31/12/2016
Terceiros	<b>165</b>	148	<b>2.024.897</b>	1.658.953
Partes relacionadas (nota 28.2)	<b>151</b>	95.267	<b>1.947.272</b>	3.307.360
	<b>316</b>	95.415	<b>3.972.169</b>	4.966.313

A redução apresentada em partes relacionadas ocorreu principalmente pelo pagamento de obrigações de subarrendamento com partes relacionadas.

## 22 RECEITAS DIFERIDAS

As receitas diferidas estão compostas conforme apresentado a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	31/12/2016
Transporte a executar	<b>2.340.853</b>	2.230.416
Pontos de programa de fidelidade	<b>1.179.897</b>	1.277.917
Pacotes turísticos	<b>4.030</b>	11.544
	<b>3.524.780</b>	<b>3.519.877</b>



O saldo de transportes a executar é representado por 5.057.000 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (5.183.475 em 31 de dezembro de 2016) com prazo médio de utilização de 60 dias (63 dias em 31 de dezembro de 2016).

## 23 PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir.

### 23.1 Contingências com estimativa de perda provável

	<b>Consolidado</b>					
	31/12/2016	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2017
Fundo aeroviário	342.004	-	(28.501)	-	18.093	<b>331.596</b>
Tributários e previdenciário	217.980	96.354	(74.349)	(13.539)	17.992	<b>244.438</b>
Cíveis	190.004	155.027	(43.722)	(90.626)	12.105	<b>222.788</b>
Trabalhistas	84.303	65.576	(24.964)	(44.218)	4.050	<b>84.747</b>
	<b>834.291</b>	<b>316.957</b>	<b>(171.536)</b>	<b>(148.383)</b>	<b>52.240</b>	<b>883.569</b>

	<b>Consolidado</b>					
	31/12/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2016
Fundo aeroviário	314.727	-	-	-	27.277	<b>342.004</b>
Tributários e previdenciário	217.324	25.720	(41.167)	-	16.103	<b>217.980</b>
Cíveis	160.417	122.751	(73.561)	(25.568)	5.965	<b>190.004</b>
Trabalhistas	73.014	179.803	(142.092)	(27.741)	1.319	<b>84.303</b>
	<b>765.482</b>	<b>328.274</b>	<b>(256.820)</b>	<b>(53.309)</b>	<b>50.664</b>	<b>834.291</b>

#### 23.1.1 Fundo Aeroviário

A subsidiária TLA está discutindo a cobrança da contribuição equivalente a 2,5% sobre a folha mensal de salário, denominado nesta demonstração financeira como "fundo aeroviário", recurso a ser destinado as entidades privadas de



serviço social e de formação profissional. Por meio dos efeitos de uma medida cautelar, inicialmente, a Companhia não estaria obrigada a recolher referida contribuição, contudo, foi promulgada uma decisão em primeira instância desfavorável à Companhia, revogando assim a medida cautelar. A Companhia vem efetuando o pagamento dessa contribuição por meio de depósito judicial.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante R\$331.596 (R\$342.004 em 31 de dezembro de 2016), enquanto, os depósitos judiciais totalizam R\$401.968 em 31 de dezembro de 2017 (R\$375.659 em 31 de dezembro de 2016).

### 23.1.2 Contingências tributárias

#### 23.1.2.1 PIS e COFINS

A subsidiária TLA apropriou-se de créditos de PIS e COFINS oriundos do consumo de combustível de aviação para rotas com destinos internacionais, sendo esta prática contestada pelo órgão fiscalizador, Receita Federal do Brasil. A variação ocorrida entre dezembro de 2016 e dezembro de 2017 trata-se de prescrição do período de abril a dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R\$106.639 (R\$150.914 em 31 de dezembro de 2016).

#### 23.1.1.2 Tarifas de Controle Aeródromo e Aproximação

Durante o exercício de 2017, a subsidiária TLA, em conjunto com outras empresas do setor aéreo, representadas pelo Sindicato Nacional das empresas Aeroviárias ("SNEA") ingressou com processo contra a União Federal para discutir o aumento de 72% dos valores de TAT-ADR (Tarifa de Controle de Aeródromo) e TAT-APP (Tarifa de Controle de Aproximação) imposto pelo Departamento de Controle de Espaço Aéreo ("DECEA"), que foi deferida liminar para que os valores referentes ao aumento sejam depositados em juízo como garantia no processo, tais valores estão sendo provisionados. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R\$76.475.

#### 23.1.1.3 Adesão ao PERT

Com o objetivo de aproveitar das condições diferenciadas oferecidas no Programa Especial de Regularização Tributária "PERT", a Administração por meio da subsidiária TLA, aderiu ao referido programa, previsto na Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017.

Dessa forma elegeu incluir no PERT contingências fiscais relacionadas a tributos federais e multas aduaneiras. O valor total atribuído aos processos correspondia



à R\$33.534, sendo que desse total encontravam-se provisionados o montante correspondente a R\$23.150.

Em decorrência do PERT a subsidiária TLA reconheceu a crédito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$8.484, sendo R\$4.346 a valores principais e R\$4.138 a juros e multas.

A Administração optou pelo pagamento do valor correspondente a 20% do valor da dívida consolidada em cinco parcelas mensais e sucessivas, e o valor remanescente líquido das reduções previstas no programa será líquido em janeiro de 2018, parte dele com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de R\$5.103.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor das obrigações referente a adesão do programa estão registradas no grupo de impostos a recolher e corresponde a R\$3.815.

Os demais processos não têm valores individuais relevantes.

### 23.1.3 Contingências cíveis

No exercício de 2009, foi imposta uma multa à ABSA, pela Secretaria de Direito Econômico ("SDE") e, posteriormente, Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). A ABSA foi condenada em decisão proferida em 28 de agosto de 2013 ao pagamento de multa no valor de R\$ 114.134.

De acordo com nossos assessores jurídicos, estimou-se uma probabilidade de cerca de 60% (sessenta por cento) de chance de redução da base de cálculo da multa imposta à ABSA, com base em critérios objetivos de aplicação do princípio do *ne bis in idem* que garante de maneira mais ampla possível o afastamento da cobrança de qualquer tipo de duplicidade punitiva a fim de se evitar que a pena se torne desproporcional, dentre outros argumentos. Em 31 de dezembro de 2017, a provisão referente a causa em questão totalizou o montante de R\$39.127 (R\$38.097 em 31 de dezembro de 2016).

Os demais processos não têm valores individuais relevantes.

### 23.2 Contingências com estimativa de perda possível

A Companhia possui contingências, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada por seus assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2017, a posição das contingências possíveis totaliza o montante de R\$ 3.933.159 (R\$3.266.164 em 31 de dezembro de 2016), conforme demonstrado no quadro abaixo:



	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Tributários	<b>2.794.043</b>	2.135.733
Trabalhistas	<b>983.960</b>	942.407
Cíveis	<b>155.156</b>	188.024
	<b><u>3.933.159</u></b>	<u>3.266.164</u>

A variação no saldo de contingências avaliadas com risco possível refere-se à reavaliação de processos que, anteriormente, tinham probabilidade de perda considerada remota. Os detalhes sobre as principais disputas classificadas como possível estão apresentadas a seguir:

### 23.2.1 Contingências tributárias

#### 23.2.1.1 Imposto Sobre Serviços

A subsidiária TAM Viagens recebeu autos de infrações lavrados pela Municipalidade de São Paulo objetivando o recolhimento do ISS sobre os pacotes turísticos, entretanto, a Administração entende que a receita desta Entidade refere-se a intermediação de venda de pacotes e não revenda dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2017 os valores dos autos de infrações representam R\$358.574 (R\$330.417 em 31 dezembro de 2016).

#### 23.2.1.2 PIS e COFINS

Em 19 de agosto de 2014 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R\$175.886, por entender que uma parte dos créditos compensados de PIS e COFINS pela subsidiária TLA não estão diretamente relacionados com à atividade de transporte aéreo. A Administração apresentou impugnação no âmbito administrativo em 17 de setembro de 2014, a qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total desse auto de infração é de R\$244.429 (R\$227.474 em 31 dezembro de 2016).

Adicionalmente, também foi lavrado auto de infração pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$141.253, relacionado a compensação de créditos de PIS e COFINS que se deu por meio de PerdComp. A manifestação de inconformidade apresentada pela subsidiária TLA foi julgada improcedente, razão pela qual foi apresentado recurso voluntário pela Administração que aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total desses autos corresponde a R\$212.982 (R\$199.365 em 31 dezembro de 2016).

#### 23.2.1.3 Seguro de Acidente do Trabalho ("SAT")

Em 7 de julho de 2015, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R\$170.823, em virtude de supostas irregularidades da



subsidiária TLA referentes aos recolhimentos efetuados a título de Seguro de Acidente do Trabalho ("SAT"), nas competências 01/2011 a 12/2012 e respectivos 13º salários. A Administração apresentou embargos de declaração no âmbito administrativo em 09 de outubro de 2017, o qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total desse auto de infração é de R\$219.184 (R\$202.716 em 31 dezembro de 2016).

#### 23.2.1.4 Imposto de importação ("II") e Impostos sobre produtos industrializados ("IPI")

Nos exercícios de 2005 e 2006, a ABSA foi autuada pelo valor de R\$36.305 em virtude do não recolhimento de impostos e multas a título de Imposto de importação ("II") e Impostos sobre produtos industrializados ("IPI"). A Administração ingressou com ação anulatória, que ainda aguarda julgamento, pleiteando sua ilegitimidade passiva por não ter transportado a mercadoria que ensejou a lavratura do auto de infração, bem como, por entender que inexistente norma legal que responsabilize o transportador pelo pagamento do imposto sobre produtos industrializados no caso de extrato da mercadoria. Em 2015, a União, por sua vez, ingressou com Execução Fiscal para cobrança dos tributos em questão, ainda sem decisão judicial. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total dessa ação corresponde a R\$52.305 (R\$48.805 em 31 de dezembro de 2016).

#### 23.2.1.5 Outros

Em relação ao incremento das contingências classificadas com prognóstico de perda possível durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia destaca a seguir as principais mudanças ocorridas:

- (i) Execução fiscal ajuizada pela Fazenda do Estado de São Paulo objetivando a cobrança de débitos a título de ICMS e multas legais referentes aos anos-calendários de 1997 a 2001. Em 31 de dezembro de 2017 o valor desta ação é de R\$35.984.
- (ii) Em 17 de fevereiro de 2017 a subsidiária TLA recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal questionando saldo negativo de IRPJ objeto de compensações não homologadas do período de janeiro a dezembro de 2011, exercício 2012. Em 31 de dezembro de 2017 o valor deste processo é de R\$52.633.
- (iii) Em 29 de agosto de 2017 a subsidiária TLA recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal exigindo multa aduaneira por descumprimento de obrigação acessória



em declaração de importação. Em 31 de dezembro de 2017 o valor deste processo é de R\$73.614.

- (iv) Em 28 de dezembro de 2017 a subsidiária TLA recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal exigindo débitos de PIS e COFINS, referente ao ano de 2012. Em 31 de dezembro de 2017 o valor deste processo é de R\$113.536.
- (v) Em 20 de março de 2017 a subsidiária TLA foi citada na execução fiscal ajuizada pela União Federal objetivando a cobrança de débitos a título de CSLL referentes aos anos-calendário de 2004 a 2007, sendo que o processo aguarda a apresentação de defesa da subsidiária TLA. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total desta ação é de R\$143.791.

### 23.2.2 Contingências trabalhistas

No exercício de 2016, o Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública, requerendo que a subsidiária TLA promova a adequação do seu ambiente de trabalho à legislação em vigor quanto às condições ergonômicas das aeronaves A-330, para que sejam disponibilizados assentos de descanso totalmente horizontais e isolados para tripulação de revezamento, além de indenização por danos morais coletivos. A subsidiária TLA apresentou defesa e, atualmente, o processo aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total dessa ação corresponde a R\$56.997. Destaca-se que a subsidiária TLA deixou de operar as aeronaves do referido modelo desde abril de 2016.

### 23.2.3 Contingências cíveis

Dentre os processos judiciais de natureza cível avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não existem processos com valores individuais relevantes.

### 23.2.4 Outros

#### 23.2.4.1 Adicional de tarifa aeroportuária

No ano de 2001, a subsidiária TLA em conjunto com outras companhias do setor aéreo ajuizou uma ação de repetição de indébito com objetivo de buscar a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária para ver-se desobrigada a recolher Adicional de Tarifa Aeroportuária ("ATAERO"), cumulado com pedido de repetição de indébito para os valores pagos até o momento do ajuizamento da ação. Todavia, em 2016, em virtude de decisão judicial proferida desfavoravelmente à subsidiária TLA, a ação teve seu prognóstico reavaliado, passando a ser classificada com risco de perda possível. Destaca-se que a subsidiária TLA não deixou de pagar essa tarifa e configura



como autora no processo, entretanto, caso o desfecho do processo seja desfavorável, honorários de sucumbência correspondente a 20% do valor da ação serão devidos. O processo aguarda julgamento em instâncias superiores. Em 31 de dezembro de 2017 o valor atribuído a causa conjunta é de R\$5.144.867 (R\$4.981.295 em 31 de dezembro de 2016).

### 23.2 Seguro garantia

As subsidiárias da Companhia contrataram o montante de R\$472.470 em 31 de dezembro de 2017 (R\$108.081 em 31 de dezembro de 2016) referente a seguro garantia para diversas de suas ações apresentadas anteriormente.

## 24 PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	<b>Consolidado</b>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para manutenção	<b>1.438.107</b>	1.155.524
	<b>1.438.107</b>	<u>1.155.524</u>
Circulante	<b>285.835</b>	556.162
Não circulante	<b>1.152.272</b>	599.362

## 25 PLANO DE BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

De acordo com a avaliação efetuada por especialistas contratados pela empresa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há passivos ou despesas a serem registrados.

## 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 26. 1 Capital social

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia foi incrementado em R\$694.482, conforme assembleia geral extraordinária de 11 de dezembro de 2017.

Dessa forma o capital social da Companhia passou de R\$5.035.926.412,95 (cinco bilhões, trinta cinco milhões, novecentos de vinte e seis mil, quatrocentos e doze reais e noventa e cinco centavos) para R\$5.730.908.413,35 (cinco bilhões, setecentos e trinta milhões, novecentos e oito mil, quatrocentos e treze reais e trinta e cinco centavos) e está representado por 150.132.715 ações, sendo 55.413.784 ações ordinárias e 94.718.931 ações preferenciais, todas



---

nominativas, sem valor nominal e indivisíveis em relação à Companhia.

## 26. 2 Reservas de lucros

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do art.193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo desta reserva correspondia a 0,33% do capital social.

## 26. 3 Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva de ajustes de avaliação patrimonial inclui a parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa cujas as operações objeto de proteção ainda não foram reconhecidas no resultado do exercício. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados, integral ou parcialmente, para o resultado do exercício, conforme a sua realização.

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2007 como custo atribuído no ativo imobilizado. A realização da reserva de reavaliação ocorre na mesma proporção da depreciação, baixa ou alienação do ativo reavaliado, em contrapartida à conta de lucros (prejuízos) acumulados.

## 27. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

### 27.1 Multiplus

O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga. A despesa é reconhecida no resultado do exercício durante o prazo em que o direito é adquirido (período de *vesting*), com base em estimativas de quais ações concedidas serão eventualmente adquiridas, com contrapartida no patrimônio líquido. A subsidiária possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

(i) Programa de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de outubro de 2010, os acionistas da subsidiária Multiplus aprovaram a diluição máxima de 3% (três por cento) do número de ações em circulação que poderá ser utilizada pela diretoria para concessão de opções aos seus funcionários.



	<b>Número de opções em circulação</b>	<b>Preço médio do exercício - R\$</b>
Saldo no início do exercício	<b>394.698</b>	<b>42,48</b>
Exercidas	<b>(68.525)</b>	<b>32,58</b>
Não adquiridas por desligamento	<b>(10.148)</b>	<b>49,28</b>
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>316.025</b>	<b>44,12</b>

As opções são avaliadas pelo modelo de precificação Black-Scholes. A tabela a seguir mostra os detalhes das variações nas opções, em conjunto com as variáveis utilizadas para avaliação das opções concedidas. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M, a partir da data de concessão das opções até a data de exercício.



Em 31 de dezembro de 2017, as premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas foram as seguintes:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	1ª outorga extraordinária	2ª outorga extraordinária	3ª outorga extraordinária	4ª outorga extraordinária	Total
Data da outorga	4/10/2010	8/11/2010	16/4/2012	3/4/2013	4/10/2010	4/10/2010	16/4/2012	20/11/2013	
Data da última modificação	30/06/2011	30/06/2011	N/A	N/A	30/06/2011	30/06/2011	N/A	N/A	-
Quantidade de ações	98.391	36.799	378.517	566.491	1.370.999	154.570	62.046	205.575	2.873.388
Preço de exercício na data da outorga após a modificação	23,61	27,83	31,41	38,59	12,28	16,28	31,41	26,50	-
Taxa de juros, isenta de risco - %	12,15	12,15	10,30	7,16	12,15	11,88	8,86	8,99	-
Rendimento esperado do dividendo - %	2,60	2,60	4,17	4,49	2,60	2,59	4,17	4,96	-
Volatilidade das ações no mercado - %	33,79	33,79	32,78	34,56	33,79	34,24	32,78	34,59	-
Preço no mercado acionário na data da outorga - R\$	26,90	31,55	38,36	30,60	26,90	26,90	38,36	28,00	-
Preço no mercado acionário na data da última modificação - R\$	27,20	27,20	N/A	N/A	27,20	27,10	N/A	N/A	-
Valor justo da opção na data da outorga - R\$	11,58	14,06	14,68	6,53	16,91	10,53	13,86	7,80	-
Valor justo da opção na data da modificação - R\$	12,17	10,71	N/A	N/A	17,35	14,29	N/A	N/A	-
Preço médio de exercício ajustado - 31/12/2017	-	-	43,52	49,28	-	-	-	32,58	-
Quantidade de opções em circulação - 31/12/2017	-	-	84.249	163.251	-	-	-	68.525	316.025
Valorização das opções em circulação - 31/12/2017 - R\$	-	-	3.666.609	8.084.878	-	-	-	2.232.239	13.983.726

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da subsidiária Multiplus negociadas em Bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.



## (ii) Plano de ações restritas (liquidável em títulos patrimoniais)

Em 8 de março de 2016, o Conselho de Administração deliberou aprovar a outorga de um total de 138.282 Ações Restritas aos Executivos da subsidiária Multiplus.

Estas ações serão compradas pela Companhia do mercado e entregue aos executivos no momento da liquidação, desta forma a subsidiária Multiplus vem reconhecendo a despesa equivalente ao plano em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido, que será utilizada para a futura compra destas ações. A despesa é calculada por meio do cálculo do valor presente do preço de exercício multiplicado pela quantidade de ações, apropriado ao longo do prazo de vigência dos planos.

O direito dos Beneficiários em relação às Ações Restritas somente será plenamente adquirido se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições:

(a) Atingimento da meta de desempenho definida pelo Conselho de Administração como o retorno sobre o capital investido.

(b) O beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como administrador ou empregado da subsidiária Multiplus, pelo período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir descritas, para aquisição dos direitos relativos às seguintes frações: (i) 1/3 (um terço) após o 2º aniversário da Data de Outorga; (ii) 1/3 (um terço) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e (iii) 1/3 (um terço) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

A movimentação das ações restritas em 31 de dezembro de 2017:

	<b>Quantidade de ações</b>
Saldo no início do exercício	<b>237.856</b>
Outorgadas	<b>129.218</b>
Exercidas	<b>(41.801)</b>
Não adquiridas por desligamento	<b>(15.563)</b>
Saldo no final do exercício	<b>309.710</b>



## 28. PARTES RELACIONADAS

No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas, oriundos de operações de contratação e prestação de serviços, operações de mútuo baseadas em contrato.

### 28.1 Contrato operacional

Firmado em 10 de dezembro de 2009, estabeleceu os termos e condições que regem o relacionamento entre as subsidiárias Multiplus e a TLA, no que se refere:

- Ø Continuidade do gozo, pelos clientes da TLA que participam dos benefícios do Programa de Fidelidade mediante o uso de pontos a ele concedidos; e
- Ø Resgate dos pontos pelos membros do Programa Fidelidade através da Rede Multiplus. Estabeleceu, também, as condições para a compra e a venda de pontos, a compra e a venda de passagens aéreas, a utilização da base de dados, a gestão do Programa TAM Fidelidade e as suas respectivas remunerações.

### 28.2 Posições ativas com partes relacionadas

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante					
Contas a receber					
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	-	(134)	1.414.265	1.596.101
LAN Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	847.520	692.563
Aerotransportes Más de Cargas. S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	43.383	28.576
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	20.837	20.479
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	16.689	4.961
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	5	4.184	130.682	89.722
Total do ativo circulante		5	4.050	2.473.376	2.432.402
Ativo não circulante					
Mútuos					
Latam Airlines Group S.A.	Controladora	-	-	-	2.493.832
Total do ativo não circulante		-	-	-	2.493.832
Total do ativo		5	4.050	2.473.376	4.926.234

Demonstramos abaixo o resumo das operações de mútuo a receber da LATAM, sendo:

Em 13 de junho de 2013, a TAM Capital 1 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$236.370, os quais totalizaram R\$506.943 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 4,25% a.a. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste contrato é de R\$733.130. Em 21 de Abril de 2017 foi efetuado a liquidação do saldo em aberto.



Em 27 de setembro de 2013, a TAM Capital 1 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$70.000, os quais totalizaram R\$157.416 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 4,50% a.a. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste contrato é de R\$230.162. Em 21 de Abril de 2017 foi efetuado a liquidação do saldo em aberto.

Em 20 de junho de 2013, a TAM Capital 3 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$359.803, os quais totalizaram R\$810.384 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 5,75% a.a. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste contrato é de R\$1.075.316. Em 31 de Agosto de 2017 foi efetuado a liquidação do saldo em aberto.

Em 24 de junho de 2013, a TAM Capital 3 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$138.968, os quais totalizaram R\$312.886 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 5,75% a.a. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste contrato é de R\$455.224. Em 31 de Agosto de 2017 foi efetuado a liquidação do saldo em aberto.

### 28.3 Posições passivas com partes relacionadas

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante					
Fornecedores					
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	151	9	876.476	2.433.229
LAN Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	699.962	560.128
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	72.537	70.072
Linhas Aéreas Cargas	Outras partes relacionadas	-	-	193.855	155.745
Aerotransportes Más de Cargas. S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	17.208	17.755
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	27.507	24.101
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	-	95.258	59.727	46.330
		<b>151</b>	<b>95.267</b>	<b>1.947.272</b>	<b>3.307.360</b>
Mútuos					
TAM Linhas Aéreas S.A.	Controlada	15.000	-	-	-
Total do passivo circulante		<b>15.151</b>	<b>95.267</b>	<b>1.947.272</b>	<b>3.307.360</b>
Passivo não circulante					
Mútuos					
Lan Cargo Overseas Limited	Outras partes relacionadas	2.978	2.978	2.978	2.978
Aerotransportes M. de C. S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	4.796	4.725
LATAM Finance S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	230.232	-
Total do passivo não circulante		<b>2.978</b>	<b>2.978</b>	<b>238.006</b>	<b>7.703</b>
Total do passivo		<b>18.129</b>	<b>98.245</b>	<b>2.185.278</b>	<b>3.315.063</b>



## 28.4 Transações com partes relacionadas

		<b>Consolidado</b>	
		<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Vendas de espaço para cargas</b>			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	<b>548.477</b>	451.421
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	<b>108.199</b>	64.500
Aerotransportes Más de Cargas. S.A.	Outras partes relacionadas	<b>16.079</b>	9.077
Lineas Aereas Nacionales	Outras partes relacionadas	-	(24)
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	<b>1.628</b>	6.655
<b>Outras receitas operacionais</b>			
Lan Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	<b>3.796</b>	1.822
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	<b>62.231</b>	11.156
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	<b>2.691</b>	3.199
Aerovias de Integracion Regional (Aires S.A)	Outras partes relacionadas	<b>547</b>	1.421
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	<b>2.691</b>	4.152
Linea Aerea Carguera de Colombia	Outras partes relacionadas	<b>1.371</b>	2.502
Aerotransporte Mas de Carga S.A	Outras partes relacionadas	<b>110</b>	5
<b>Outras despesas operacionais</b>			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	<b>(227.733)</b>	(324.659)
LAN Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	<b>(106.049)</b>	(102.566)
Lineas Aereas Nacionales	Outras partes relacionadas	<b>(25.017)</b>	(30.826)
LAN Cargo Repair Station	Outras partes relacionadas	<b>(13.667)</b>	(13.449)
Lan Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	<b>(17.253)</b>	(11.472)
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	<b>(16.025)</b>	(17.174)
<b>Arrendamento</b>			
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora	<b>(1.314.477)</b>	(1.694.054)
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	<b>15.868</b>	17.277
<b>Resultado financeiro</b>			
Latam Airlines Group S.A.	Controladora	<b>(10.494)</b>	(258.786)
LAN Argentina S.A (Aero 2000 S.A)	Outras partes relacionadas	<b>1.934</b>	(832)
Lan Cargo S.A	Outras partes relacionadas	<b>176</b>	(6.228)
LATAM Finance Limited	Outras partes relacionadas	<b>(16.014)</b>	-
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	<b>(4.622)</b>	4.838

## 28.5 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração, presidente, vice-presidentes e diretores estatutários, totalizando 7 pessoas (8 pessoas em 31 de dezembro de 2016). A despesa com remuneração do pessoal chave da Administração para o período findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$28.339 (R\$12.257 em 31 de dezembro de 2016).

O incremento na despesa com remuneração do pessoal-chave da Administração decorre das despesas com indenização da mudança de 75% do quadro de diretores estatutários decorrente de estruturação organizacional.



Adicionalmente o Grupo LATAM concedeu à alguns dos executivos das subsidiárias brasileiras, como consequência uma despesa no valor de R\$10.945 foi registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$3.565 em 31 de dezembro de 2016), bem como um passivo de R\$14.870 (R\$3.537 em 31 de dezembro de 2016).

## 29. RECEITA OPERACIONAL

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida de vendas está apresentada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Transporte de passageiros	<b>13.033.723</b>	12.864.521
Transporte de cargas	<b>1.656.018</b>	1.392.717
Programa Fidelidade (Multiplus)	<b>888.122</b>	824.110
Outras receitas	<b>1.114.149</b>	966.039
Receita bruta	<b>16.692.012</b>	16.047.387
Impostos e outras deduções	<b>(830.889)</b>	(717.433)
Receita líquida	<b>15.861.123</b>	15.329.954

Individualmente, nenhum dos clientes da Companhia representa mais de 10% de suas receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

## 30. RESULTADO POR NATUREZA

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>Reclassificado 31/12/2016</b>
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	<b>2.408.002</b>	2.359.977
Combustível	<b>3.967.086</b>	3.603.713
Depreciação e amortização	<b>281.518</b>	364.278
Manutenção e reparos	<b>1.292.482</b>	1.093.797
Seguro de aeronaves	<b>48.399</b>	49.886
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	<b>1.145.613</b>	1.151.369
Arrendamentos	<b>1.649.575</b>	2.227.701
Serviços de terceiros	<b>802.871</b>	711.831
Custo com compra de pontos	<b>95.139</b>	130.891
Outras	<b>1.021.309</b>	876.519
	<b>12.711.994</b>	12.569.962



	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Despesas com vendas		
Pessoal	<b>158.235</b>	182.308
Depreciação e amortização	<b>14.608</b>	16.287
Serviços de terceiros	<b>329.759</b>	368.913
Vendas e <i>marketing</i>	<b>693.594</b>	718.929
Outras	<b>73.480</b>	105.956
	<b>1.269.676</b>	1.392.393
Gerais e administrativas		
Pessoal	<b>248.347</b>	305.800
Depreciação e amortização	<b>79.990</b>	89.102
Serviços de terceiros	<b>252.689</b>	375.583
Outras	<b>195.707</b>	425.219
	<b>776.733</b>	1.195.704

Foram efetuadas reclassificações na linha de combustíveis em 31/12/2016, conforme divulgado na nota 4.27.

### 31. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Receitas				
Outros	<b>7</b>	-	-	-
Despesas				
Perda de <i>slots</i> (Pantanal) <sup>(1)</sup>	<b>(124.927)</b>	-	<b>(124.927)</b>	-
Transferência de aeronaves para LATAM	-	-	<b>(14.602)</b>	(425.041)
Provisão para ativo disponível para venda (A330)	-	-	-	(131.876)
Provisão para venda de materiais	-	-	<b>(30.193)</b>	(32.943)
Outros	-	-	<b>(31.643)</b>	(32.266)
	<b>(124.920)</b>	-	<b>(201.365)</b>	(622.126)

(1) Vide comentários da nota 18.



### 32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Receita de juros sobre mútuo	-	-	70.544	123.789
Receita de juros	1.327	2.605	93.071	105.393
Outras receitas financeiras	(850)	(320)	201.817	224.457
	<b>477</b>	<b>2.285</b>	<b>365.432</b>	<b>453.639</b>
Despesas financeiras				
Despesas de juros	-	-	(238.151)	(393.589)
Outras	(2.798)	(213)	(138.979)	(118.019)
	<b>(2.798)</b>	<b>(213)</b>	<b>(377.130)</b>	<b>(511.608)</b>
Variação cambial líquida	(2)	10	(51.780)	746.561
Resultado financeiro líquido	<b>(2.323)</b>	<b>2.082</b>	<b>(63.478)</b>	<b>688.592</b>

### 33. NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS AINDA NÃO ADOTADOS

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, entretanto, essas normas ainda não foram aprovadas em sua totalidade pelo CPC e CFC e, conseqüentemente, ainda não foram incorporadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. Por essa razão não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras dado que ainda não são efetivas.

Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo e a Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

#### *IFRS 9 - "Instrumentos financeiros"*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revisada sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Em 4 de novembro de 2016, o CPC emitiu o pronunciamento 48 - Instrumentos Financeiros, adotando na íntegra a IFRS 9. Tal pronunciamento foi aprovado pelo CFC em 22 de dezembro de 2016. Tal pronunciamento deverá ser adotado para os períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.



Dessa forma, a Administração promoverá mudanças na forma como estima a provisão para devedores duvidosos, aplicando o percentual efetivo de perdas dos últimos 24 meses sobre as vendas no momento de registro inicial das transações. Caso o pronunciamento fosse adotado de forma retroativa a provisão para devedores duvidosos apresentada em 31 de dezembro de 2017 seria aumentada em R\$23.060 no consolidado. A Administração avaliou os demais instrumentos financeiros e não identificou necessidade de promover alterações adicionais decorrentes da adoção deste pronunciamento.

### *IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"*

A IFRS 15, emitida em 2014, requer o reconhecimento do montante da receita que reflita a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte das orientações sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente, e é aplicável a partir de e/ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia elegeu adotar a norma de forma retrospectiva, utilizando-se da abordagem de efeitos cumulativos.

### *Receitas auxiliares*

No que tange as receitas auxiliares que compreendem principalmente: taxas decorrentes de alteração de voo, cancelamentos, excesso de bagagem, entre outras, a Administração promoveu uma análise sobre as práticas contábeis adotadas e concluiu que apenas as receitas oriundas de taxas de alteração de voo terão o momento de reconhecimento no resultado modificado da data de remarcação para a data do voo. As demais receitas já atendem ao critério de registro no momento da prestação do serviço principal que é o transporte de passageiros.

Ainda, de forma a atender os requisitos desse pronunciamento as receitas auxiliares passarão a ser divulgadas como receitas de passageiros.

### *Despesas relacionadas ao transporte de passageiros*

A Administração identificou a necessidade de alterar o momento do reconhecimento das despesas com sistema de reservas e comissões de cartões de crédito, dessa forma, essas despesas passarão a ser reconhecidas no momento da prestação do serviço principal.



### *Despesas e obrigações com programas de fidelidade*

No que tange aos efeitos na contabilização das despesas e obrigações com programa de fidelidade os estudos ainda não foram concluídos.

### *IFRS 16 - "Arrendamentos"*

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a "IFRS 16 - Leases", que determinam os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento. A IFRS 16 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A IFRS 16 determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. A referida norma ainda não foi adotada pelo CPC e CFC.

A Administração está avaliando os potenciais efeitos que a IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras e divulgações da Companhia. A Companhia ainda não definiu o método de transição para a nova norma nem determinou seus efeitos sobre os relatórios financeiros atuais.

### *IFRIC 22 - "Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos"*

Em dezembro de 2016, o IASB emitiu o "IFRIC 22 - Foreign Currency Transactions and Advance Consideration", que trata da taxa de câmbio que deve ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira. A interpretação esclarece que a data da transação é aquela em que o ativo ou passivo não monetário foi reconhecido. O IFRIC 22 entrará em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não espera impactos relevantes, visto que transações com estas características já estão aderentes à norma.

### *IFRIC 23 - "Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro"*

Em junho de 2017, o IASB emitiu o "IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments", que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 "Tributos sobre o lucro" quando houver incerteza quanto a aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, e a Companhia ainda não iniciou os estudos para analisar os impactos decorrentes da adoção desta norma.



### *IFRS 12 - "Entidades de Investimentos"*

"O IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*", trata de esclarecimentos sobre requerimentos de divulgação aplicados a participação em entidades subsidiárias, associadas e/ou empreendimentos conjuntos que estão classificados como mantidos para venda, para a distribuição ou que estão classificados como parte do grupo de operações descontinuadas. Considerando as informações disponíveis, a Administração da Companhia não espera impactos decorrentes da adoção desta norma.

### *IAS 12 - "Tributos Sobre o Lucro"*

O "IAS 12 - *Income Taxes*", trata de esclarecimentos sobre as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis. A Companhia não espera impactos decorrentes da observação dos esclarecimentos.

### *IAS 7 - "Apresentação de fluxos de caixa"*

O "IAS 7 - *Statement of Cash Flows*", trata das alterações exigidas em relação a divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais).

Não existem outras normas interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

## 34. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 34.1 Aumento de Capital

Em 24 janeiro de 2018 a Companhia recebeu um aporte de capital de sua controladora LATAM Airlines Group S.A. no valor de R\$1.440.505, integralizado com cessão de créditos registrados em seu balanço. Na mesma data a Companhia promoveu um aumento de capital na subsidiária TLA no mesmo valor, por meio da transferência de tais créditos.

Em 5 de fevereiro de 2018 a Companhia recebeu um aporte de capital de sua controladora LATAM Airlines Group S.A. no valor de R\$641.900, integralizado por meio de transferência bancária, na mesma data esse valor foi transferido à subsidiária TLA a título de aumento de capital.



### 34.2 Mudança do Sistema de Reservas

A partir de 2 de fevereiro de 2018 a subsidiária TLA passou a operacionalizar diversas mudanças sistêmicas que visam possibilitar a unificação do sistema de reservas ("host") utilizados pelas diversas subsidiárias do grupo LATAM, incluindo a Companhia.

Como consequência dessas mudanças e com o intuito de diminuir o número de reservas em aberto a ser transferido do sistema atual (AMADEUS) para o sistema futuro (SABRE), as vendas de passagem ocorridas entre 2 de fevereiro e 11 de maio de 2018 para embarques a partir de 11 de maio serão processadas pela filial da LATAM Airlines no Brasil denominada LAN BR.

Dessa forma nas demonstrações financeiras interinas a serem divulgadas em 2018, espera-se que seja observada uma redução significativa nos valores dos contas a receber e da obrigação de transportes a executar, dado que a reserva de voos na TLA ocorrerá pelo sistema interlineal e funcionará como fretamento, sendo registrado todos os efeitos contábeis por ocasião da realização do voo.

A Administração da Companhia julgou que essa forma de transição é que causaria menores impactos e sua operação e em seus clientes.

### 34.3 Aprovação do Acordo de Céus Abertos Brasil-Estados Unidos

Em 7 de março de 2018, o Senado Federal aprovou o Acordo de Céus Abertos Brasil-Estados Unidos, que retira o limite de frequência de 301 voos entre os dois países. O acordo estabelece que a abertura ou fechamento de novas rotas aéreas entre Brasil e Estados Unidos passarão a ser livres, de acordo com a decisão das empresas.

A implementação deste acordo é um pré-requisito para aprovação da proposta de acordo comercial joint business agreement ("JBA") entre o Grupo LATAM e a American Airlines anunciado em janeiro de 2016 e aprovado pelo Conselho de Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em outubro de 2017. A implementação do JBA depende ainda da aprovação em outros países que o Grupo LATAM opera.



### 35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 23 de março de 2018.

Maurício Rolim Amaro  
Presidente do Conselho de Administração

Enrique Cueto Plaza  
Membro do Conselho de Administração

Flavia Turci  
Membro do Conselho de Administração

Henri Philippe Reichstul  
Membro do Conselho de Administração

Inácio Cueto Plaza  
Membro do Conselho de Administração

Antonio Luiz Pizarro Manso  
Membro do Conselho de Administração

Claudia Sender Ramirez  
Diretora Presidente



TAM S.A. E SUAS CONTROLADAS



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

Sergio Fernando Bernardes Novato  
Diretor de Operações

Jerome Paul Jacques Cadier  
Diretor Comercial

Felipe Ignacio Pumarino Mendoza  
Diretor Financeiro

Renata Bandeira G. do Nascimento  
Diretora de Controladoria  
CRC 1 SP-215231/O-3

